

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Bárbara Alessandra Ribeiro de Miranda Lima

BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE VARGAS A ROUSSEFF:

políticas culturais e formação humana na desigualdade brasileira.

Rio de Janeiro

2014

Bárbara Alessandra Ribeiro de Miranda Lima

BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE VARGAS A ROUSSEFF:

políticas culturais e formação humana na desigualdade brasileira.

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Macedo Martins

Rio de Janeiro

2014

Bárbara Alessandra Ribeiro de Miranda Lima

BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE VARGAS A ROUSSEFF:

políticas culturais e formação humana na desigualdade brasileira.

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Carla Macedo Martins – FIOCRUZ / EPSJV

Prof.^a Dr.^a Elisa Machado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Francisco José da Silveira Lobo Neto – FIOCRUZ / EPSJV

Prof.^a Dr. Carlos Henrique Assunção Paiva– FIOCRUZ / Casa de Oswaldo Cruz

Prof. Dr. José Roberto Franco Reis – FIOCRUZ / EPSJV

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

L732b Lima, Bárbara Alessandra Ribeiro de Miranda
Bibliotecas públicas de Vargas a Rousseff:
políticas culturais e formação humana na
desigualdade brasileira / Bárbara Alessandra
Ribeiro de Miranda Lima. - Rio de Janeiro, 2014.
82 f.

Orientador: Carla Macedo Martins

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz,
2014.

1. Política Cultural. 2. Estado e Cultura. 3.
Bibliotecas Públicas. I. Martins, Carla Macedo.
II. Título.

CDD 306

Dedico este trabalho à Oxóssi, senhor do
conhecimento. Okê Arô!

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Sonia Ribeiro e aos meus irmãos Bernard Ribeiro e Bruno Ribeiro, pela confiança e admiração depositada.

Aos amigos especiais que apareceram no momento certo.

Aos colegas de mestrado Amanda, Priscila, Gustavo e João por todas as intermináveis discussões. Que nunca se acabem.

Aos meu queridos Marco Aurélio e Igor, suporte mais rápido não existe.

À amiga querida Isis Coutinho, por sua enorme paciência e pela falta dela.

Às amigas queridas, amadas e necessárias Luana Rodrigues e Talita James.

À professora Carla pela orientação e paciência.

Aos professores Marco Antonio e Marcela Pronko, antes de mestres, seres humanos admiráveis.

À Krishna, Oxalá, Jesus e todas as representações que Deus possa ter nesta Terra.

E, em especial, à minha avó Romélia, que sempre disse que eu devia era costurar ideias.

*“Se não fosse um tempo
Em que já fosse impróprio
Se dançar assim
Ela teimou e enfrentou
O mundo
Se rodopiando ao som
Dos bandolins “
(Bandolins- Oswaldo Montenegro)*

RESUMO

A dissertação tem como objetivo analisar as políticas culturais brasileiras no período compreendido entre os governos de Getulio Vargas (1930-1945) e Dilma Rousseff (2012-2014), no que tange ao livro, à leitura e às bibliotecas. Para tal, o capítulo introdutório discute a construção do Estado Capitalista e da Indústria Cultural, de forma a compreender as políticas públicas culturais contemporâneas e, em particular, o livro, a biblioteca e a leitura neste contexto. O capítulo 2 apresenta um panorama histórico das políticas públicas culturais, com ênfase no livro, na leitura e na biblioteca, do período Vargas (1937-1945) ao governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O capítulo 3 analisa o governo Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2012-2014), que, embora marcados por perspectivas democratizantes de inclusão de segmentos subproletarizados da classe trabalhadora, dão continuidade à lógica desigual de incentivo à cultura dos governos anteriores. Nessa terceira etapa, demonstra-se como as políticas culturais alimentam, em última instância, a indústria cultural - aprofundando a lógica da cultura como mercadoria – e se mantêm, em linhas gerais, restritas aos programas de fomento representados pelos editais, podendo impedir políticas culturais efetivamente universais. Para concluir, afirma-se que a atuação do Estado brasileiro no campo cultural, durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos sob o signo do denominado “lulismo”, de fato ampliou o acesso ao consumo cultural e incentivou a participação cultural de novos segmentos sociais. Contudo, a lógica do capital permanece determinando o livro, a leitura e as bibliotecas, reproduzindo a desigualdade brasileira na formação educacional e cultural – ou “humana”.

Palavra chave: Política Cultural. Estado e Cultura. Bibliotecas Públicas.

ABSTRACT

This dissertation aims to analysis the cultural policies on Lula da Silva (2003-2011) and Dilma Rousseff (2012-2014) government, about books, reading and libraries. In this case, the introductory chapter discusses the construction of Capitalist State and Cultural Industry, in order to understand the contempory cultural public policies and, in special, the book, library and reading, in this context. Chapter 2 presents a historical overview of cultural public policies, with an emphasis on book, reading and library from Vargas (1937-1945) to Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) government. Chapter 3 analysis Lula da Silva (2003-2011) and Dilma Rousseff (2012-2014) government, that although are marked by democratizing prospects includes (subproletarizados) threads of working class, gives continuity to the unequal logic of cultural incentives of old government. On chapter, demonstrates how these policies feed, by ultimately, the cultural industry – deeping the cultural logic as commodity – and remains, in general, restricted tothe development programs represented by (editais) – can effectively prevent universal cultural policies. Therefore, the dissertation concludes statementing that the performance of brazillian State on cultural field, during Lula/Dilma Rousseff governments, both under the sign named “lulismo”, indeed enlarged access to cultural consume and encouraged cultural participation on new socials threads; however, the capital logic remains determining the book, reading and libraries, reproducing the brazillian inequality on educational and cultural upbringing – or “human”.

Keywords: Cultural Policies, Culture and Policies in Brazil, State and Culture,, Public Libraries.

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CELAC - Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos

CGLL- Coordenadoria Geral do Livro e da Leitura

CNIC - Comissão Nacional de Incentivo a Cultura

CNIC - Comissão Nacional de Incentivo a Cultura

CNPC- Conselho Nacional de Política Cultural

EMBRAFILME- Empresa Brasileira de Filmes

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

FBN - Fundação Biblioteca Nacional

FENAME - Fundação Nacional do Material Escolar

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FNC- Fundo Nacional de Cultura

FUNCINE - Fundo de financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional

INL - Instituto Nacional do Livro

IPEA - Instituto Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN- Instituto Nacional do Patrimônio Artístico e Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MinC - Ministério da Cultura

OEI - Organização dos Estados Iberos-Americanos

PAC - Programa de Ação Cultural

PIS/Cofins - Programa de Integração Social/ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

PNBE - Programa Nacional de Biblioteca Escolar

PNC - Plano Nacional de Cultura

PND - Plano Nacional do Desenvolvimento

PNE - Plano Nacional da Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNLEM - Programa Nacional do Livro do Ensino Médio

PNLL- Plano Nacional do Livro e Leitura

PLA - Programa Livro Aberto

Proler - Programa Nacional de Incentivo a Leitura

PRONAC - Programa Nacional de Apoio a Cultura

PT - Partido dos Trabalhadores

SNBP - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

SNC- Sistema Nacional de Cultura

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 CONTEXTO DA PESQUISA.....	14
1.2 BIBLIOTECAS	15
1.3 IDEOLOGIA, HEGEMONIA e ESTADO	18
1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS.....	20
1.5 INDÚSTRIA CULTURAL	22
1.6 LEITURA.....	24
1.7 OBJETIVOS, MÉTODOS E ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	26
2 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS AO LIVRO, À LEITURA E ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL	29
2.1 ERA VARGAS (1937-1945).....	31
2.2 PERÍODO DEMOCRÁTICO (1946-1963)	33
2.3 REGIME MILITAR (1964-1985)	35
2.4 REDEMOCRATIZAÇÃO	38
2.4.1 Governo Fernando Collor de Melo (1990 – 1992).....	39
2.4.2 Governo Itamar Franco (1992 – 1994).....	43
2.4.3 Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002).....	43
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS AO LIVRO, À LEITURA E ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO GOVERNO LULA DA SILVA (2003-2010) E DILMA ROUSSEF (2011-2014).	
3.1 POLÍTICAS ECONÔMICO-SOCIAIS.....	46
3.2 POLÍTICAS CULTURAIS	48
3.2.1 Sistema Nacional de Cultura	54
3.2.2 Plano Nacional de Cultura e o Conselho Nacional de Política Cultural	55
3.2.3 Programa Cultura Viva.....	56
3.2.4 Programa Mais Cultura.....	57
3.2.5 Vale-Cultura	59
3.3 POLÍTICAS CULTURAIS DIRIGIDAS AO LIVRO, À LEITURA E ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....	60
3.3.1 Lei do Livro e o Programa Fome de Livro.....	60
3.3.2 Plano Nacional do Livro e da Leitura.....	62

3.3.3 Programa Livro Aberto.....	63
3.3.4 Projeto Mais Bibliotecas Públicas	64
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE	75

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO DA PESQUISA

Antes de iniciar esta pesquisa, gostaria de mencionar alguns fatores importantes que precederam e contribuíram para escolha do objeto de investigação presente. Este trabalho é fruto, primeiramente, de um desejo pessoal em aprofundar o estudo sobre dois temas: cultura e política.

No contexto contemporâneo mais recente, tal desejo se aprofunda também em função da importância que o campo da cultura vem assumindo, tanto no âmbito das políticas públicas, quanto no da economia. Tal relevância se expressa, por exemplo, na afirmação da expressão “economia da cultura”. A relação entre “cultura e desenvolvimento” tem ocupado, assim, espaço nas ações de Estado, ampliando tais ações, inclusive, para os âmbitos da moda e do denominado “entretenimento”.

Ao lado desta realidade e do interesse pessoal em estudar políticas para a cultura, somam-se ainda outros fatores para escolha desta pesquisa. O governo popular de Lula da Silva se propôs, nos discursos e compromissos de campanha, a tentar restabelecer o papel do Estado, se contrapondo a uma política neoliberal de Estado-mínimo defendida no plano nacional e internacional especialmente da década de 1990, período que coincide principalmente com as gestões dos presidentes Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Essa proposta está exigindo uma mudança na orientação política do governo como um todo, incluindo o setor cultural. Contudo, um conjunto de novas contradições vem sendo produzidas pelo chamado “lulismo”¹ ao longo dos anos, nos colocando a necessidade de refletir sobre o futuro da desigualdade brasileira, inclusive educacional e cultural.

Neste contexto atual de mudanças, procurando entender os movimentos históricos no setor cultural da sociedade brasileira, essa pesquisa se propõe a identificar, analisar e historicizar as políticas públicas dirigidas ao livro, à leitura e às bibliotecas nos governos Getúlio Vargas (1930-1945) a Dilma Rousseff (2012-2014), no que tange ao livro, à leitura e às bibliotecas.

¹ A expressão será definida no capítulo 3 da presente dissertação.

Tal recorte no âmbito das políticas culturais se justifica por minha formação e atuação profissional como bibliotecária durante anos, nos quais me deparei, com recorrência, com a visão da biblioteca pública como um recurso neutro de educação. E concretamente como uma instituição de reprodução ideológica. Nesta perspectiva, compreender os movimentos hegemônicos e contra-hegemônicos em torno desta instituição se faz necessário, de forma a contribuir para promover uma reflexão sobre as possibilidades de este espaço contribuir no horizonte da formação integral dos trabalhadores – ou seja, no horizonte de uma formação humana mais igualitária.

1.2 BIBLIOTECAS

É por meio da palavra e da capacidade de nomear que os sujeitos reconhecem o mundo e dão sentido as coisas. Segundo Araujo (2001), é através das palavras que os homens se tornam capazes de estabelecer relações com sentido entre eles e com o mundo que os cerca. É com a palavra que se inicia a história. Quando ditas ao acaso, a palavra se perde no tempo e as vezes em seu sentido. Reconhecendo o homem em seu tempo a importância das palavras, viu a necessidade de estruturas físicas para que pudesse guarda-las.

Sendo assim, o barro, a pedra, metal, madeira, o papiro, o pergaminho e o papel se apresentam durante o curso histórico da humanidade como suporte dessas palavras. Com o surgimento do livro, o intento de preservar a palavra recebeu estímulo necessário para se fazer valer. Neste sentido, cada palavra e cada livro carrega a ideia daqueles que lhe atribuíram à vida e também daquelas concebidas por seus leitores. Cada ideia se constitui como um elemento indispensável a construção sócio-histórica dos sujeitos. Instituições como museus, arquivos e bibliotecas ocuparam, em termos práticos ou simbólicos, lugar de destaque e obrigação na salvaguarda dos elementos materiais que contam a história social ou coletiva da humanidade. Através delas, é possível acessar experiências comuns a toda humanidade.

As primeiras bibliotecas, como documentou Serrai (1975), se formaram em paralelo à invenção da escrita, momento no qual o homem passa a gravar em materiais estáveis, mais ou menos no quarto milênio antes de Cristo. A memória do homem acrescentou a biblioteca como

sua memória coletiva, na cidade babilônica de Nipur, região onde foram encontrados os primeiros vestígios de uma coleção de tábuas de argila.

Alexandria é tomada como o grande marco das bibliotecas, seu acervo contava com mais de setecentos mil volumes. Tinha como objetivo reunir em suas estantes toda a herança cultural da antiguidade, entrando para história como a primeira instituição a possuir aspirações universais. O conhecimento armazenado nesta biblioteca era encarado como um bem, memória do mundo, que almejava apropriar-se de todos os traços escritos pelos diversos povos da terra, em todas as línguas e em todos os lugares.

Segundo Baratin e Jacob (2000), as bibliotecas antigas eram vistas como lugares privilegiados para a preservação da cultura e da memória coletiva do mundo clássico. Recorrendo a seus acervos, a modernidade pode conhecer obras de grande intelectuais de outros tempos, conhecimento indispensável para a elaboração de nosso passado intelectual.

As histórias das bibliotecas da antiguidade se fazem em uma série de fundações, reconstruções e catástrofes. Destruições, saques, incêndios atingem as coleções de livros. O principal motivo que coloca as bibliotecas na linha de frente da disputa por poder é o fato de as mesmas preservarem, em forma de um acervo físico, a memória coletiva e cultural de um determinado povo.

Durante a Idade Média, o trato com os livros esteve quase que exclusivamente restrito ao interior dos mosteiros e dos conventos. O contato com os livros estava totalmente relacionado ao ensino. Cada mosteiro era também uma editora que, pelo intermédio dos abades, enriquecia suas bibliotecas e, ao mesmo, sustentava o monopólio da destruição de livros na Idade Média.

Conhecida pelo nome de Casa da Sabedoria, a biblioteca de Bagdá era um importante centro de tradução, compilação e disseminação do conhecimento acumulado por todos os povos muçumanos da Índia à Península Ibérica. Como afirma Baratin e Jacob (2000), a biblioteca era ao mesmo tempo, escola e centro de pesquisa. Das bibliotecas Monásticas, principalmente das pertencentes aos franciscanos, beneditinos e dominicanos, as bibliotecas universitárias ganharam impulso em meados do século XV.

Desde a criação das bibliotecas universitárias, as bibliotecas passaram a não mais se preocupar só com o acúmulo e com a preservação dos livros, mas também principalmente, com a

difusão da leitura e da consolidação dos espaços de pesquisa e de estudos. As bibliotecas deixam de ser vistas como um lugar de estudo individual para passar a ser um local onde os professores e alunos podiam ler, escrever e estudar. De acordo com Paiva (2008):

Através da história, a biblioteca evoluiu e suas funções foram transformadas juntamente com a transformação das sociedades. A primeira função da biblioteca, historicamente, era indistinta da função do arquivo, ou seja, ela tinha a função de memória, que se refere a reunir e preservar os registros do conhecimento. Com o aumento dos documentos, e o problema crescente de organizá-los e acessá-los mais facilmente, a biblioteca começa a elaborar seu próprio catálogo, e desenvolve a função de organização, que ocupa grande parte de sua história. As bibliotecas já serviram a religiões, nobreza e várias elites. (PAIVA, 2008, p.14)

Em linhas gerais, podemos afirmar que, no século XIX, consolidam-se os ideais democráticos- com o desenvolvimento industrial e a urbanização- e tais ideias incidem sobre o espaço biblioteca. Segundo Oliveira (1994):

Para atender um grupo de pessoas tão amplo e heterogêneo, como o que vivia em uma comunidade, a biblioteca segmentou o seu público usuário por especialização ou interesses, dando origem aos diversos tipos de bibliotecas. Bibliotecas especializadas para atender a diferentes instituições e categorias profissionais: universitárias, às instituições de ensino superior; escolares, às escolas de 1 e 2 graus e, bibliotecas públicas, à comunidade em geral, independente da formação educacional e profissional de seus membros. Além de resolver as necessidades de informação de um público indistinto, a biblioteca pública distinguia-se por outras três características: atuar em um espaço geográfico determinado (bairro, cidade, comunidade rural), ser mantida com recursos públicos (federais, estaduais ou municipais) e ser uma instituição de uso não compulsório (...) Ou seja, a população residente em uma área definida determinava o tipo de biblioteca pública (em termo de acervo e de serviços), a responsabilidade pela sua manutenção e os usos que dela faria ou deixaria de fazer. (OLIVEIRA, 1994, p.12 e 13)

Condicionadas pelo meio social, a biblioteca pública modifica e amplia suas funções, contribuindo para transformar também a sociedade, pelas suas posturas e pelos serviços que oferecia. Em sua trajetória inclusive de instrumento da nova ordem estabelecida, esse novo ambiente, ao incorporar novas funções, abriu espaço para gerar pressões por mudanças sociais. A filosofia de trabalho da biblioteca, baseada nas propostas de ação cultural, transforma a biblioteca em um serviço de informação pública.

Para Gramsci (1985), a biblioteca faz parte de um conjunto de serviços públicos, os serviços públicos intelectuais:

Serviços públicos intelectuais: além da escola, nos vários níveis, que outros serviços não podem ser deixados à iniciativa privada, mas –num sociedade moderna- devem ser assegurados pelo Estado e pelas entidades locais (comunas e províncias)? O teatro, as bibliotecas, os museus de vários tipos, as pinacotecas, os jardins zoológicos, o hortos

florestais etc. É preciso fazer uma lista de instituições que devem ser consideradas de utilidade para a instrução e a cultura públicas e que são considerados como tais numa série de Estados, instituições que não poderiam ser acessíveis ao grande público (e se considera, por razões nacionais, que devem ser acessíveis) sem uma intervenção estatal. É preciso observar que, precisamente estes serviços são quase inteiramente negligenciados por nós, um exemplo típico são as bibliotecas e os teatros. (GRAMSCI, 1985, p.152)

A biblioteca proporciona para o sujeito, segundo Gramsci (1985):

Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajuda exteriores, é criação (mesmo que a verdade seja velha) e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase da maturidade intelectual na qual se pode descobrir verdades novas. Por isso, nesta fase, a atividade escolar fundamental se desenvolverá nos seminários, nas bibliotecas, nos laboratórios experimentais; é nela que serão recolhidas as indicações orgânicas para a orientação profissional. (GRAMSCI, 1985, p.125)

Tomando como princípios das Bibliotecas a função cultural, memória, educação e leitura, elas, nesse sentido, caracterizam-se como um lugar misto que, embora permeado por tensões ideológicas, paradoxos e contradições, apresenta-se como um espaço privilegiado de saber. Espaço esse que auxilia a democratização do saber e, ao mesmo tempo, que, por outro lado, funciona sobre censura e controle do Estado, sobre o qual tratamos no item a seguir.

1.3 IDEOLOGIA, HEGEMONIA E ESTADO

O conceito de Estado em Gramsci (1985) se desenvolve no interior da teoria marxista. Gramsci trabalha teoria/ prática considerando que a contradição pensamento e ação origina-se da forma de articulação entre infra-estrutura e superestrutura. O vínculo é organizado por meio da atividade do intelectual, sendo a ideologia, no capitalismo, responsável pela distorção entre o fazer e o pensar. Na superestrutura, Gramsci situa a sociedade civil e a sociedade política, que compõem uma unidade dialética: O Estado. Gramsci (1985) afirma:

(...) Pode-se fixar dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, conjunto de organismos chamados comumente de privados) e o da sociedade política ou Estado, que correspondem à função da hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto ou de comando que se expressa no Estado e no governo jurídico. (GRAMSCI, 1985, p.59)

A sociedade civil é o momento do exercício da hegemonia por meio do consenso em torno de mundo da classe fundamental economicamente. Ela abrange domínio dos organismos que elaboram e difundem a ideologia. Sua função consiste em legitimar as posições de classe e,

como tal, garante que as relações sociais de produção se realizam pela dominação. A sociedade política comportaria a função da repressão e da garantia das relações econômicas. A sociedade civil, opera por meio da ideologia, enquanto a sociedade política leva em conta os condicionamentos econômicos. O Estado é composto pelo movimento entre a sociedade civil e a sociedade política. Em Gramsci (1985), a função dos intelectuais é garantir a direção intelectual da sociedade sob outra em particular. Estes são os agentes da superestrutura.

Contudo, nas sociedades de capitalismo avançado, o exercício da sociedade política é ditado pela situação de hegemonia, isto é, pela coesão ideológica. Dessa maneira, o domínio dos organismos culturais representa a estratégia para a superação da estrutura de classes. Assim, no sistema capitalista, compete aos intelectuais, que servem à ideologia burguesa, assegurar a dominação ideológica. Gramsci (1985) ressalta que:

Os intelectuais são os comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1985, p.11)

Aos agentes da burguesia, cabe forjar a representação de um Estado, impondo coesão ideológica, conforme os interesses da classe detentora do capital. O trabalhador, dentro dessa lógica, não se realiza e nem se submete passivamente às demandas do Estado. Aos intelectuais orgânicos, cabe o papel de desvendar aquilo que está legitimado pela ideologia. (GRAMSCI, 1985)

O estudo concreto da organização cultural de um determinado país movimenta o mundo ideológico e examina seu funcionamento prático. A escola, tal como algumas profissões, entre elas as da área da saúde, incorpora em suas atividades especializadas uma fração cultural. Porém, em todos os países -observa-se- que, em diferentes graus, há uma cisão entre intelectuais e massas populares. Instituições, tais como família, escola, igreja, imprensa, bem como a biblioteca contendo particularidades, expressam através da prática, uma identidade de objetivos. Essas formas de instituição visam disseminar a ideologia da classe no poder, buscando conservar a ordem estabelecida. Isso atribui-se ao Estado por não ter uma concepção unitária e hegemônica,

razão para que os grupos intelectuais encontrem-se desagregados. Trata-se do campo de lutas da sociedade política e civil, em que o Estado é dialeticamente movimentado pela pressão das lutas de classe.

Entretanto, apesar de toda uma produção de consenso, reproduzida e legitimada pelo Estado burguês, a Biblioteca Pública, como aparelho ideológico, exerce um papel ambíguo. Ao mesmo tempo em que reproduz e mantém a hegemonia, contribui por intermédio da circulação de documentos para produção da contra-hegemonia, espelhando em seu interior a luta de classe existente dentro do Estado capitalista. A Biblioteca dentro desse tem por função colaborar na educação do consenso e contribuir para a qualificação da classe trabalhadora dentro dos limites do capitalismo. O Estado hegemonicamente utiliza esse espaço como um aparelho de reprodução e afirmação das relações sociais existentes. (GRAMSCI, 1985)

O anseio da classe trabalhadora pela democratização cultural é, por sua vez, resignificada pelo Estado Capitalista, que busca impor a forma e o conteúdo a serem adotados pela instituição biblioteca, atendendo aos interesses da classe dominante. Por esta razão, faz-se necessário voltarmos, com maior foco, para a discussão das chamadas políticas públicas culturais.

1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Pelo que discorremos nos itens anteriores, podemos afirmar que os processos de políticas públicas, de forma geral, dependem dos sistemas políticos produzidos pelos sujeitos sociais e de suas configurações em cada momento histórico. Segundo Oliveira (1994):

Políticas Públicas compreendem um conjunto de decisões deliberadas, de logo alcance, condensadas em um corpo de documentos governamentais, com o objetivo de regular a criação, a administração e o desenvolvimento de determinada área da sociedade. Estas diretrizes, ao determinarem um curso de ação, oferecem também, uma visão estratégica e prospectiva, na medida em que ao definirem as ações presentes, predizem uma situação futura. Em uma política encontram-se dois componentes agregados, um aparente e um implícito. O componente aparente é expresso pelos documentos oficiais, de diferentes órgãos governamentais, em diversos níveis decisórios, apresentando os objetivos a serem alcançados pela política, os meios para atingir estes objetivos, a distribuição de responsabilidades pela implantação dos meios e as regras que regulam esta implementação. Identifica-se o componente implícito da política em políticas gerais do Estado, nas ideologias vigentes e nas estruturas permanentes no poder. (...) As políticas ditas públicas agregam decisões governamentais às de outras instituições da sociedade. (OLIVEIRA, 1994, p.28)

A definição de políticas públicas como conjunto de ações governamentais que articula meios para atingir um fim ou fins específicos, não basta para a compreensão do que são as ações governamentais. Afinal, os fins nem sempre são claros e, quando são, podem implicar contradições entre aqueles que os executam e os que pensam. Essas são algumas complexidades a se considerar na análise das políticas públicas culturais. Para Simis (2007):

Entendo a política cultural como parte das políticas públicas. É verdade que a expressão política pública possui diversas conotações, mas aqui genericamente significa que se trata da escolha de diretrizes gerais, que tem uma ação, e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis, que no nosso campo é a difusão e o acesso à cultura pelo cidadão. (SIMIS, 2007, p.133)

O conceito de política cultural requer ser pensado a partir de um espaço conceitual específico relacionado a seu objeto, ou seja, de acordo com especificidades dos processos e da natureza da própria cultura. Também se deve considerar a natureza dos referenciais de políticas públicas presentes, das diferentes representações sobre a ação pública e das complexas configurações sociais que vão se transformando ao longo do processo político social. Segundo Midlej (2011):

As políticas públicas, e também as culturais, constituem-se em campo de questões controvertidas, haja vista que a delimitação e a fixação de problemas, explicações, argumentos e organizações de dispositivos de ações decorrem, sobretudo, dos complexos jogos políticos, ideológicos e institucionais. As definições do campo de problemas e das linhas de ação são por vezes contraditórias e até antagônicas como já se escreveu. Da mesma forma atores envolvidos se movem em um cenário microsociológico e são condicionados pelas configurações do ambiente macropolítico de determinando governo. Apesar de haver diferenças entre política e políticas públicas, na prática o que inevitavelmente ocorre é a influência recíproca e a interdependência entre ambas. (MIDLEJ, 2011, p.12)

Dentro da esfera pública, as políticas culturais, obedecem à mesma lógica de elaboração que rege as políticas públicas. Segundo Rubim (2007):

(...) falar em políticas culturais implica, dentre outros requisitos, em pelo menos: intervenções em conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas. Vital no mundo atual, o caráter transnacional pode ser desconsiderado para o século XIX. Outras exigências, sem dúvida, podem e devem ser reivindicadas em uma formulação mais plena da noção. (RUBIM, 2007, p.13)

Debater a relação entre Estado e cultura implica, travar discussões teóricas e políticas, - mas também implica tratar, com uma perspectiva histórica, a forma como se deu essa relação.

1.5 INDÚSTRIA CULTURAL

A integração da cultura na ideologia industrial induziu o seu consumidor a comprar a diversão e a felicidade. Dentro da lógica de produção de mercadoria, como nos elucida Duarte (2010), funciona a “Indústria Cultural”:

(...) não me parece que haja um quadro conceitual mais apropriado do que a crítica proposta por Marx Horkheimer e Theodor Adorno, no âmbito da qual foi forjado o termo “indústria cultural”. Esse termo causou estranheza quando empregado pela primeira vez no início da década de 1940, pois uma tradição que remontava ao Iluminismo europeu do século XVIII separava cirurgicamente as esferas da cultura e da indústria: enquanto a primeira tinha a ver com uma expressão liberdade humana (ou pelo menos com a aspiração a ela), a segunda delimitava o mundo da necessidade, da coerção, da obrigatoriedade da produção, sob pena de não haver sobrevivência para espécie humana como um todo. Curiosamente, constata-se que a estranheza do termo “indústria cultural” permanece até hoje, talvez por razões diversas daqueles que engendraram em meados dos anos 1940. (DUARTE, 2010, p.8)

De acordo com Adorno e Horkheimer (1991), a indústria cultural gera no indivíduo a necessidade de consumir novos produtos, nos quais busca alcançar a felicidade por meio da diversão, sendo esses prometidos pela ideologia. Uma vez que a posse da mercadoria promete, de forma imediata, a realização de desejos de consumo, ela se torna mais importante na vida social do que o próprio homem, o que significa que a mercadoria adquire vida própria, e o homem aparece como coisa, como produto das relações sociais. Portanto, ocorre uma inversão nesse processo de consumo: o ser humano passa a valorizar mais a mercadoria do que a si mesmo. Apresentando novos processos de produção e distribuição, novas formas de trabalho e lazer. Para Duarte (2010):

Cumpre relembrar a versão original, marxista, do fetichismo da mercadoria, tal como se encontra no primeiro capítulo do tomo I de O Capital, antes de enfocar sua versão aplicável aos produtos culturais, estabelecida por Horkheimer e Adorno na Dialética do esclarecimento. Ao estabelecer o conceito de valor como determinado pelo tempo médio, socialmente necessário, para a fabricação dos produtos demandados por seu estágio de desenvolvimento das forças produtivas, Marx pensa na mercadoria como um objeto que ostenta, dialeticamente ligados a esse valor tout court, um valor de uso-índice da sua utilidade social- e um valor de troca, o que quer dizer: uma equivalência com outras mercadorias, de modo que se torna possível o intercâmbio entre elas. Naturalmente, no sistema capitalista plenamente desenvolvido, por um lado, o valor tout court se realiza do modo mais perfeito, em função da existência da maquinaria, a qual facilita, inclusive, sua mensurabilidade; por outro lado, a trocabilidade, típica do valor de troca, é pensada preferencialmente em função do que Marx chama de “forma equivalente de valor”, que é a de uma mercadoria-curinga que pode ser posta no lugar de qualquer outra, isto é, o dinheiro. (DUARTE, 2010, p. 61)

Nessas relações mercantis, o indivíduo que possui o dinheiro adquire, cada vez mais, bens materiais e, conseqüentemente, se sente importante, reconhecido e respeitado na vida social. Assim, o ter impera nas relações sociais, e o ser é submetido à mercadoria, como objeto. Na indústria cultural, a ideologia impõe um consumo padronizado,- assim o indivíduo ao adquirir um produto, ou quando compra um ingresso para assistir a um filme-., sente-se realizado. Dessa forma, as relações entre os homens são construídas pela mediação da mercadoria, tornando-se coisificadas, fetichizadas². O dinheiro é o fetiche do fetiche, porque troca todas as mercadorias. Segundo Matos (2005):

Tudo se equivale no mercado, em virtude da transmutação de todos os valores em valor de traço em um mercado. Em contrapartida, a noção de indivíduo- aquela que se forjou no Iluminismo do século XVIII – é portadora ainda hoje dos valores de igualdade, liberdade e fraternidade, exatamente porque tais valores estão em extinção antes de terem sido realizados. Valores que na Revolução Francesa só se efetivaram para burguesia reassumem o caráter de valores universais, devendo realizar-se para a sociedade como um todo. (MATOS, 2005, p.54)

Dessa forma, uma vez que os indivíduos como trabalhadores estão inseridos na divisão social de trabalho, integram-se hierarquicamente ao sistema de produção do sistema capitalista, configura-se uma classe social que produz seus meios de sobrevivência e outra, que a dirige, a qual é amparada pela razão tecnológica. Assim, a classe trabalhadora, na condição de produtora da mercadoria, posiciona-se em um lugar inferior na estrutura hierárquica do sistema, que se estende a todos os setores sociais. Segundo Matos (2005):

(...) o trabalho alienado não possibilita ao homem a realização de um trabalho livre: quando o homem está no trabalho, sente-se fora de si. Não se realiza uma livre atividade física e intelectual, mas martiriza seu corpo e arruína seu espírito. Alienus significa aquilo que nos é alheio, estranho. O trabalho alienado significa que o homem não controla suas relações com a “primeira natureza”, tampouco com a natureza já transformada. E os produtos de seu trabalho não lhe pertencem, mas são o bem de um outro. Esses produtos enfrentam seus produtores como objetos que lhes são estranhos, como fantasmagorias, pois enfrentam o homem como se fossem independentes do sistema de produção que lhes da nascimento. A experiência alucinatória. (MATOS, 2005, p. 25-26)

² Para Marx (1978), o indivíduo coisificado resulta das relações sociais de produção, que consistem num relacionamento entre coisas consigo mesmas e com pessoas como objetos (MARX, 1978, p.141).

Por mais que a indústria cultural tenha se modificado até os dias de hoje, é possível perceber que alguns dos seus elementos fundamentais continuam.³ No que tange as políticas públicas para o livro, à leitura e às bibliotecas em especial com a domesticação do estilo e o fetichismo das mercadorias culturais. No Brasil de acordo com Duarte (2010):

(...) pode-se estabelecer como marco de fundação da indústria cultural propriamente dita o início da operação dos grandes estúdios em Hollywood, mesmo que na Europa, a partir de finais do século XIX, importantes experiências nesse sentido já viessem sendo realizadas. O Brasil, (...), passava por um processo de crescimento urbano no início do século XX, se revelou nessa época um consumidor importante das mercadorias culturais produzidas tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. A economia cafeeira, que impulsionava um começo de industrialização nos ramos convencionais da economia, provavelmente terá constituído também a base sobre o qual paulatianamente se ergueu uma cultura de massas com feições bem próprias. (DUARTE, 2010, p.102)

Diante disso, destacamos na discussão da indústria cultural o papel que a comercialização e a padronização da cultura desempenham na adaptação passiva do indivíduo à realidade em que ele se insere, ou seja, na aceitação dos bens culturais impostos pelo sistema produtivo, agindo como impeditiva para a formação da consciência autônoma, crítica e contestadora.

Em suma, o tratamento da produção cultural nos termos propostos por Adorno e Horkheimer aponta para uma perspectiva de formação humana sob o capitalismo avançado. A mercadoria forma a cultura que forma sujeitos. Falar, portanto, de indústria cultural implica discutir formação humana.

1.6 LEITURA

A produção e a divulgação da leitura também se inserem na lógica do sistema capitalista, sobretudo quando considerada uma mercadoria como outra qualquer. Com a perda do sentido da comunicação mediada pela linguagem, especialmente pela narrativa, ou seja, com o comprometimento dessa comunicação pela abordagem da indústria cultural, especialmente no

³ De acordo com Mattos (2005), a criação do Instituto de Pesquisas Sociais deu-se pela experiência de alguns intelectuais alemães, como Benjamin (1892-1940), Horkheimer (1895-1973), Marcuse (1898-1979) e Adorno (1903-1968) durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que os instigou a questionar a sociedade capitalista e o Estado totalitário. Nesse contexto, foi criado no ano de 1923, em Frankfurt, o Instituto de Pesquisas Sociais no qual se desenvolveram pesquisas teóricas e empíricas sobre problemas políticos, sociais, culturais e educacionais. Estabeleceu-se, principalmente, o diálogo com o Idealismo alemão, com o Materialismo Histórico Dialético e com a Psicanálise. (Matos, 2005, p.69)

século XX, ampliou-se o desenvolvimento tecnológico e a criação dos meios de comunicação de massa, incluindo o jornal, as revistas, a televisão e o rádio.

A leitura não é uma habilidade que se desenvolva por decreto, lei ou ordem, mas algo que envolve a decisão do leitor. Ler por obrigação, como afirma Chartier (2009), sem querer o texto, só para cumprir um dever escolar, ou desenvolver uma atividade profissional, fica longe de criar leitores; pode até criar - nos sujeitos- hábitos contra a leitura. Cada história é o que lemos o que escutamos, e, principalmente, o que sentimos. Segundo Lourenço (2008):

Em nossa sociedade, podemos dizer que a leitura, com relação a suas funções e objetivos, tem sido encarada, principalmente de três pontos de vista distintos, mas, na maioria das vezes complementares: fruição e entretenimento; aprendizado e aquisição de conhecimento; e possibilidade de reconhecimento de nossa humanidade. A primeira concepção costuma ser menos valorizada pela sociedade de modo geral. Ou então, é encarada como primeiro passo, um ponto de partida para outras leituras considerada superiores, residindo nesse salto o seu único mérito. (LOURENÇO, 2008, p.77)

Como uma atividade que se tornou cotidiana para uma parcela da humanidade, a leitura se tornou indispensável como alimentar-se ou vestir-se. O texto escrito exige de nós, a todo tempo, o olhar, a atenção. Ler para saber que direção seguir e como se orientar. Tornar a prática de leitura acessível a todos ou a quase todos é um longo combate, uma luta dura.

Para o texto ser lido, foi preciso ser criado um suporte concreto que lhe permitisse ganhar vida (Chartier, 1999). Para o texto existir, depende de sua leitura e interpretação. Sem essas duas atividades, o texto é apenas letra morta. Para Horellou-Lafarge (2010):

A escrita pode ser subversiva, a leitura também, pois em determinadas condições sociais, permite ao leitor compreender e interpretar o texto, descobrir suas nuances e significados até então ocultos. Com exceção daqueles de caráter estritamente técnico, ou os textos são objetos de leituras sempre renovadas, talvez perigosas. Em todo caso, imprevisíveis. É por isso que mantenedores da ordem querem controlar as interpretações que os leitores, eternos insubmissos, dão. Essa vontade esse controle efetuou-se ao longo da história, com a violência e a repressão, concretizou-se na censura da parte das autoridades, quer representassem a Igreja, quer o Estado. A censura repressiva dessas instituições já não tem a legitimidade em nossos dias. No entanto as leis de mercado que impõem a necessidade de produzir cada vez mais depressa, assim como vender depois pelo melhor preço, não seriam formas de censura difusa, tanto mais insidiosa e remetem quanto inconfessada e inapreensível? (HORELLOU-LAFARGE, 2010, p. 16)

O livro tornou-se e manteve-se como o suporte de texto e principal objeto de leitura. A indústria do livro permitiu a multiplicação de impressos. Ainda em Horellou-Lafarge (2010):

O trabalho racionalizou-se e a administração fez a lei. O apoio financeiro dos bancos permitiu a construção dessas “fábricas de livros”. (...) Cada um queria produzir a maior quantidade possível ao menor custo e diversificar a produção para aumentar o número de

leitores. Esforços serão feitos para uma apresentação mais densa do livro, que precisasse de menos papel, para desenvolver uma técnica industrial graças à cromolitografia. Assim podia-se colocar lado a lado um mesmo título numa edição luxuosamente ilustrada e numa edição barata. (HORELLOU-LAFARGE, 2010, p.40)

O livro foi se tornando um objeto com a intenção de atender os gostos. A consequência dessa mudança está em que o livro se tornou um produto industrial, a ponto de ser produzido em uma escala muito maior do que aquela em que pode ser lido.

Vivemos em um momento marcado pela ampliação de políticas públicas culturais que estimulam a leitura, que enfrentam obstáculo por falta de continuidade e por ausência de consideração do valor delas, bibliotecas públicas. Contudo, a leitura é uma prática histórica; e em constante mudança.

1.7 OBJETIVOS, MÉTODOS E ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Essa pesquisa se propõe a identificar, analisar e historicizar as políticas públicas dirigidas ao livro, à leitura e às bibliotecas nos governos de Getulio Vargas (1930-1945) a Dilma Rousseff (2012-2014), no que tange ao livro, à leitura e às bibliotecas. Para tal, tomamos como referência o materialismo histórico-dialético, que considera as relações sociais em conexão com a totalidade do processo histórico. Segundo Matos (2005),

A história da natureza é a história das relações que o homem estabelece com essa mesma natureza e, nessa relação, o homem e a suprime enquanto dimensão que lhe é exterior, suprimindo, assim, o caráter de estranheza do real. O conceito de materialismo significa que a matéria não é objeto inerte, mas sim o movimento da história das transformações do trabalho social; nesse conceito se inscreve a história social da produção dos objetos e, ao mesmo tempo, das carências e necessidade humanas em cada época. (MATOS, 2005, p.25)

Assim, o materialismo histórico-dialético trabalha com o todo social, levando em conta a produção material da existência como determinante das relações entre os homens. Desta forma, o todo social é analisado com base em duas instancias distintas: infraestrutura - relações socio-econômicas – e superestrutura – relações jurídico- políticas. O conteúdo e o funcionamento da superestrutura são organizados a partir de uma base material particular e são explicados no âmbito de uma formação histórica. O todo social comporta a articulação dialética entre teoria e

prática, a qual é originária do movimento e da transformação da relação entre a base material e a base social. (CHAUÍ, 2011)

A análise documental segue em coerência com o materialismo, nos termos definidos por Evangelista (2004):

“Se o documento existe fora do pesquisador, para que possa extrair dele dados da realidade é preciso que assuma uma posição ativa na produção de conhecimento: localiza, seleciona, lê, relê, sistematiza, analisa as evidências que apresenta. Esses passos resultam de intencionalidades que, para além da pesquisa, se vinculam aos determinantes mais profundos e fecundos da investigação, qual seja discutir, elucidar, desconstruir compreensões do mundo; discutir, elucidar, construir compreensões do mundo: produzir documentos, produzir conhecimentos é produzir consciências.” (EVANGELISTA, 2004, p.3)

Para proceder à pesquisa, foi necessário, inicialmente, definir a periodização das políticas culturais brasileiras, considerando o longo espaço de tempo a ser analisado. O trabalho obedeceu, portanto, a seguinte periodização:

- 1937 a 1945 Era Vargas (governo Getúlio Vargas);
- 1946 a 1964 Período Democrático (governo Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart);
- 1964 a 1984 Regime Militar (governos militares Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo);
- 1985 a 2002 Redemocratização (governos Sarney, Collor, Itamar Franco e FHC);
- 2003 a 2014 Governo Lula da Silva e Dilma Rousseff

O primeiro capítulo apresenta os pressupostos teóricos-epistemológicos que embasam a análise, organizados em torno das categorias e noções de bibliotecas; ideologia, hegemonia e Estado; políticas públicas culturais; indústria cultural; e leitura.

O segundo capítulo tem como objetivo construir, a partir da revisão da literatura, um histórico das políticas públicas culturais relacionadas ao livro, à leitura e às bibliotecas, da Era Vargas (com ênfase na criação do INL) até o governo FHC, considerando os agentes governamentais e os da sociedade civil. Assim, a partir das ações promovidas pelo Instituto Nacional do Livro e posteriormente pelo Programa Nacional de Incentivo à Leitura, assim como

das tentativas da implantação de um sistema nacional de bibliotecas, esse capítulo indica um processo de modernização conservadora também no campo da cultura no Brasil.

O terceiro capítulo busca, a partir de análise documental, analisar as políticas culturais do governo Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) no que tange ao livro, à leitura e às bibliotecas públicas, almejando discutir as novas formas de democratização e de desigualdade produzidas no período referido. São objetos desse capítulo da dissertação as políticas culturais expressas no Programa Cultura Viva, no Programa Mais Cultura e no Programa de Cultura do Trabalhador (Vale- Cultura); e as políticas específicas dirigidas ao livro, à leitura e às bibliotecas concretizadas na Lei do Livro, no Programa Fome de Livro, no Plano Nacional do Livro e da Leitura, no Programa Livro Aberto e no Projeto Mais Bibliotecas Públicas.

2 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS AO LIVRO, À LEITURA E ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

O presente capítulo tem como objetivo construir um panorama histórico das políticas públicas culturais relacionadas ao livro, a leitura e as bibliotecas, de forma analítica, desde a Era Vargas - com ênfase na criação do INL - até o governo FHC. A análise indicará que a despeito da crescente modernização do aparelho estatal no Brasil e da democratização da educação e da cultura, as políticas públicas não lograram êxito em promover uma efetiva superação da desigualdade.

Contudo, embora não seja objeto da presente dissertação, cabe um breve relato das bibliotecas no Brasil dos séculos XVI a XIX. A existência de registros sobre livros e bibliotecas no Brasil, na primeira metade do século XVI é rara. Em Portugal, os livros não se apresentavam em grandes quantidades e poucas tipografias existiam na colônia. Com a instalação do governo-geral na Bahia, em 1549, a chegada dos jesuítas, e posteriormente outras ordens religiosas, o país conhece a instrução por intermédio dos livros.

A partir do século XVIII, com a decadência dos conventos, os centros mais ricos da colônia mandaram seus filhos para estudar na Europa e os livros eram adquiridos fora do país. Assim, durante mais de 300 anos, o Brasil contou apenas com bibliotecas de ordens religiosas ou particulares, atendendo a uma pequena parcela da população. Os livros chegavam majoritariamente em língua estrangeira. (PAIVA, 2008)

A chegada da família real ao Brasil, em 1808, trouxe mudanças para a colônia, incluindo para as bibliotecas. Na formação do aparelho de Estado, a consulta inicial era restrita aos estudiosos, mediante pedido e, apenas em 1814, foi aberto ao público letrado da corte. Com a vinda da família real, a colônia recebeu a Real Biblioteca. Segundo El Far(2006):

A insistência de D. João VI em trazer a principal biblioteca de Portugal para sua colônia nos trópicos não constituiu um capricho passageiro. Como se sabe na história mundial grandiosos acervos de livros ajudavam a conferir prestígio e poder aos governantes. Não por acaso diversos monarcas empenharam-se pessoalmente na tarefa de adquirir uma vasta e diversificada coleção, capaz de representar todo o conhecimento existente na face da terra. Conseguir edições raras, obras desaparecidas ou antigos manuscritos significava em muitos casos, um assunto de Estado; afinal era a imagem do rei que estava em questão. (EL FAR, 2006, p.17)

A primeira biblioteca pública brasileira foi obra do mecenas Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco, no ano de 1811, em Salvador. O Estado Real Português aprovou a fundação do projeto, fez a doação de duplicatas da Biblioteca Real e autorizou o empréstimo de livros do governador da província. (OLIVEIRA, 1994) O acervo era composto por material de interesse de uma parcela instruída da população, interessada em levar a tradição cultural europeia aos então colonos. Os textos, em sua maioria de língua estrangeira, distanciavam-se do público iletrado e até do público que dominava a língua portuguesa, o que contribuía para o distanciamento entre a biblioteca e a população. (OLIVEIRA, 1994)

Na segunda metade do século XIX, o Brasil viveu o crescimento das cidades e comércios, as atividades bancárias se expandiram. No período mencionado, contudo, as políticas públicas para educação e bibliotecas eram inexistentes, assim como a legislação social.

Em 1930, com a implantação do chamado Estado Novo, sob liderança de Getúlio Vargas, o país se transformaria de rural para urbano, promovendo transformações profundas de caráter cultural. O Estado Novo faria emergir o poder estatal mais moderno, forte e centralizado, que conduziria a sociedade a uma “modernização conservadora”⁴ e que apontaria para a moralização, a profissionalização do aparelho de Estado, o progresso industrial, o nacionalismo econômico, a concessão de direitos sociais e trabalhistas, a reforma eleitoral e a defesa das liberdades individuais. (OLIVEIRA, 1994). Por essa razão, as análises de políticas culturais no Brasil iniciam-se nesse período. Segundo Calabre (2009):

“(…) para tal ponto de partida são os anos 1930, período no qual o país passou por uma série de transformações políticas, econômicas, urbanas, administrativas e etc. O foco principal do trabalho está centrado na ação do governo federal, o que não impede que, em determinados momentos, sejam analisadas algumas políticas setoriais ou de atos estaduais e municipais.” (CALABRE,2009, p.9)

⁴No Brasil, os grandes proprietários agrários, que surgiram no período mesmo de formação da Colônia e, deslocamentos não obstante, continuaram preeminentes e poderosos durante o Império e a República, espelhavam aqueles agentes originais da modernização conservadora. (...) as tradicionais elites agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa aos processos de democratização a um compromisso: a modernização fazia-se, sob a liderança e levando muito em conta os interesses dos proprietários agrários os sujeitos da subordinação e da vida presa. (Domingues, 2002, p. 460-461)

A literatura aponta distintas periodizações das políticas culturais no Brasil⁵. Alves (2011) indica quatro momentos capitais: a segunda metade do século XIX, a primeira fase da Era Vargas, o período da ditadura militar, e por fim, o período que vai de 1985 até os dias de hoje. Para o fim de nossa análise escolhemos a periodização proposta por Calabre (2009) como referência, uma vez que pretendemos captar, assim como a referida autora as transformações específicas no aparelho estatal, em curtos períodos expressos em distintos governos.

2.1 ERA VARGAS (1937-1945)⁶

Visando inicialmente dar expressão a novos segmentos da elite e posteriormente exercer o controle do conflito de classe e incrementar o desenvolvimento do país, Vargas adotou medidas para acelerar o processo de industrialização e de modernização do Estado e da Sociedade. Uma delas foi a legislação trabalhista e previdenciária, implantada logo depois da revolução de 1930, produziu aquilo que se chamou de “cidadania regulada”: os direitos do cidadão existiam conforme seu direito profissional, regulamentados pela carteira profissional e sindicato público. Segundo Rubim (2007):

A “Revolução” de 30 conforma mais uma transição pelo alto, com rupturas e continuidades controladas. O novo regime representa um pacto de compromisso entre estes novos atores e velhas elites agrárias, no qual a inovação e conservação lutam sem embates radicais. Industrialização; urbanização; modernismo cultural e construção do estado nacional centralizado, política e administrativamente, são algumas das faces do renovados país. (RUBIM,2007, p.14)

Conforme já mencionado, o início das políticas culturais é frequentemente retratado com ações de Mário de Andrade e Gustavo Capanema, que seguindo a política idealizada por Vargas, dessa forma valorizando o nacionalismo e a harmonia entre classes (RUBIM, 2007).

Na era Vargas, o Estado se utilizou da cultura como um dos instrumentos de consecução do seu projeto político-hegemônico, desenvolvendo a música, a literatura, a arte e as instituições

⁵ Periodização inicial para as políticas culturais no Brasil defendida por autores como Lia Calabre (2009), Isaura Botelho (2010), Albino Rubim (2010).

⁶ A Era Vargas é composta por diferentes momentos do longo período em que Getúlio Vargas esteve no poder, dividida em três fases: 1930 a 1934 (governo provisório); 1934 a 1937 (governo constitucional) e 1937 a 1945 (ditadura do Estado Novo). Para esta dissertação o recorte se dá em 1937, uma vez que o estudo se inicia na criação do Instituto Nacional do Livro- INL em 1937. (FAUSTO,1994)

culturais. Para isso, criou uma estrutura orçamentária e pessoal especializado. Esse projeto visava à criação de uma cultura nacional e ao apoio da população para o governo. A cultura era utilizada pelo Estado como instrumento patriótico e disciplinador. (OLIVEIRA, 1994)

Neste cenário de “cidadania regulada”, foi criado, pelo então Ministério da Saúde e da Educação, através do Decreto-lei n 93, de 21 de dezembro de 1937, o Instituto Nacional do Livro (INL), chefiado pelo ministro Capanema, com o objetivo de difundir a cultura no campo do livro e da leitura.

Na gestão de Capanema, apesar da participação dos modernistas, a política cultural tinha uma linha conservadora que acompanhava o autoritarismo getulista. (RUBIM, 2007). O INL, em seu primeiro momento, de 1937-1945, centralizou a atuação na política do livro. Sua estrutura era composta por três seções: a seção da enciclopédia e do dicionário, seção de publicações, sessão das bibliotecas e o conselho de orientação. (BRASIL, 1937)

Sua origem se dá no Plano Nacional da Educação (PNE), documento que suscitava intenso debate nos anos 20 e 30 do século XX no Brasil. Sobre educação extracurricular, o plano definia que essa seria ministrada pelo Estado, família ou instituições idôneas. Essa educação se daria por meio de livros e de outros materiais de interesse educativo, bibliotecas públicas permanentes ou circulantes, mantidas por Estado, municípios e ou particulares. O livro é tratado como um veículo de preservação da história e dos bens culturais do país. (PAIVA, 2008)

Neste contexto, as bibliotecas tinham um papel secundário instrumental, de receptoras dos acervos. A ideologia do acervo, em que o Estado coloca a biblioteca pública como a guardiã da cultura, relacionava-se com a divulgação de autores propostos pelo governo em busca da formação de hábitos de leitura da população.

Neste período, dois projetos foram elaborados: o primeiro, para criação de 25 bibliotecas populares na então capital do país, Rio de Janeiro; o segundo se voltava para a criação de 7 bibliotecas centrais regionais, em Recife, Salvador, Belém, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, inspiradas na Comissão Protetora de Bibliotecas da Argentina e na organização bibliotecária da Suíça. Estas ideias e as propostas eram semelhantes à divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura de São Paulo. O que as diferenciava era que o INL visava um aspecto mais técnico do método biblioteconômico, enquanto o Departamento de

Cultura de São Paulo pretendia popularizar a cultura mediante a ação do Estado. (MILANESI, 1986)

A extensão da política para as bibliotecas públicas tinha por objetivo criar um sistema nacional de bibliotecas, para coordenar e promover a modernização dos serviços bibliotecários. Contudo, o INL não possuía condições necessária para dispor de um pessoal especializado para implantar essas propostas. As estratégias do Instituto eram de trabalho cooperativo entre ele e as prefeituras. A ideia do Estado para a função da biblioteca pública, neste período, era de guarda da cultura nacional oficial e, de forma secundária e menos importante, a função educacional e de lazer. Funções como a de assessoria e disseminação de informações adequadas às necessidades da sociedade não figuraram na cena deste momento. O INL promoveu mais a distribuição de livros, do que a promoção do desenvolvimento da biblioteca pública⁷. (PAIVA, 2008)

É importante ressaltar que, para além das propostas do INL não alcançadas, a abertura de espaço no acervo para temas e autores nacionais se deve a esse Instituto, - os temas e os autores eram antes todos europeus. (OLIVEIRA, 1994)

2.2 PERÍODO DEMOCRÁTICO (1946-1963)

O fim do Estado Novo assinalou, na vida política brasileira, o início de um período democrático. Teve como característica o exercício do voto, partidos políticos e a manutenção da política assistencialista como meio de participação da população nos assuntos do Estado. Mesmo com o desmembramento do Ministério da Saúde e o da Educação e Cultura (MEC), em 1953, o Estado não promoveu grandes ações no setor cultural e transitou entre o nacionalismo de Getúlio Vargas e a abertura ao capital estrangeiro, almejando à expansão do processo industrial.

Além do Estado, nessa época, vale ressaltar outras instituições promotoras de cultura, como os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (1961) e o Movimento de Cultura Popular em Recife (1960). Esses movimentos tiveram grande importância na

⁷ Ver SCHWARTZMAN, SIMON et all Tempos de Capanema. Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000. Onde as políticas culturais e educacionais deste período são discutidas de forma aprofundada.

formação de diversos intelectuais do país. Duraram pouco tempo, mas contribuíram para a formação intelectual e política de diversos jovens.

No que refere à cultura, a influência se deslocou da Europa do pós-guerra para os Estados Unidos do “Welfare State”. A cultura de massa, com sua lucratividade e padronização das ideias, incorporou-se ao cotidiano brasileiro. O rádio, utilizado como instrumento político no período anterior, ficou consolidado como veículo de comunicação publicitário. A implantação da televisão, em 1950, não seguiu rapidamente os passos do rádio, pois o reduzido número de aparelhos, em decorrência do baixo poder aquisitivo da população, não permitiu em um primeiro momento a sua expansão rápida. (SODRÉ, 1999)

Dentro desta perspectiva de internacionalização da economia do país e do avanço da cultura de massa, as atividades do Estado para as bibliotecas durante o período de 1946 a 1963, realizadas pelo INL, centraram-se na Campanha Nacional do Livro (CNL) e na criação do serviço nacional de bibliotecas, junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Segundo Hélio Machado, diretor do Instituto na década de 1950, o contexto da atuação nessa época era de:

(...) uma sociedade marcada pela falta de tradição cultural, pela humildade de expectativas populares e, principalmente, pelas deficiências de ensino básico. Neste contexto o INL, num primeiro momento propôs-se apenas a divulgar o livro, sugerindo a população o seu consumo. Esperava com isso modificar a visão da sociedade em relação à biblioteca, de um ornamento cultural ou espaço privilegiado, para uma instituição fundamental para resolver a necessidade imperiosa do anseio coletivo de progresso material e espiritual. (MACHADO, 1956, p.309)

A Campanha Nacional do Livro tinha o objetivo de formar hábitos de leitura e desenvolver bibliotecas. As ações para essas atividades centravam-se em convênios com prefeituras, doações de livros e prestação de assistência técnica às bibliotecas, para institucionalização desse espaço público nos municípios. Duas mudanças aconteceram com essa medida: a preocupação com a seleção de obras de interesse da população para compor acervos e o posicionamento do município como produtor de cultura.

O Serviço Nacional de Bibliotecas tinha sua atividade mais voltada à política de bibliotecas, com o objetivo de promover o intercâmbio entre todas do País. Este serviço não obteve muito sucesso e não contribuiu da forma prevista.

A criação de duas políticas dentro do Ministério da Educação e Cultura demonstrava entendimentos diferentes de políticas para bibliotecas. A política ligada ao livro, promovida pelo INL, prevaleceu. Ao final, como afirma Oliveira (1984):

Como a política de bibliotecas centrou seu trabalho na distribuição de obras, visando à formação cultural da população, firmou-se um padrão de trabalho que separou a biblioteca pública dos outros veículos de comunicação e informação e estabeleceu públicos distintos para cada um deles. A biblioteca continuou sua trajetória discrepante, entre sua proposta de ação e o desenvolvimento da sociedade em que atuava. (OLIVEIRA,1984, p. 83)

Acreditava-se que bastaria o acesso a bibliotecas para motivar os leitores, desconsiderando a alta taxa de analfabetos e a diversidade de gostos e necessidades dos futuros usuários.

2.3 REGIME MILITAR (1964-1985)

Durante vinte anos da história recente de nosso país, um regime autoritário de governo foi implantado por meio do Golpe de 1964. Foi marcado pela extinção de partidos políticos, pelo estabelecimento de eleições indiretas, pela legislação por decretos-leis, pela suspensão dos direitos de liberdade individuais dos cidadãos e, acima de qualquer coisa, pela política de segurança nacional. Para além da violência nesse período, segundo Rubim (2007):

(...) age estimulando a transição que começa a se operar nestes anos com a passagem da predominância de circuito cultural escolar-universitário para um dominado por uma dinâmica de cultura midiaticizada. Com este objetivo, a instalação da infra-estrutura de telecomunicações; a criação de empresas como a Telebrás e a Embratel e a implementação de uma lógica de indústria cultural são realizações dos governos militares, que controlam rigidamente os meios audiovisuais e buscam integrar simbolicamente o país, de acordo com a política de segurança nacional. (RUBIM, 2007,p.20)

Na cultura, esse período não apresentou diferenças e reproduziu o modelo Vargas. (RUBIM, 2007). Segundo Duarte (2010):

(...) era essencial para o projeto político de Getúlio Vargas que não apenas os discursos, mas as canções e até mesmo os jogos de futebol transmitidos pela rádio Nacional ensinassem as massas o modo “correto” de perceber as coisas, que deveria funcionar também como uma espécie de filtro através do qual a realidade deveria ser vista. Considerando o caráter nacionalista do Estado Novo, o método correto de perceber a realidade estaria intimamente relacionado com o “privilégio” de ser brasileiro: as pessoas comuns poderiam ser pobres, subnutridas e ignorantes, mas eram, por outro lado, abençoadas por Deus por terem nascido e crescido neste país.” (DUARTE, 2010, p.110)

O Estado criou instrumentos para organizar e administrar a cultura, utilizando-a como um aparelho de hegemonia do desenvolvimento e da integração nacional, reforçando a tradição deixada pelo governo Vargas de autoritarismo, de descontinuidade e de relação de dependência entre o Estado e a cultura.

Esse período também não mostrou diferença, principalmente quando em 1973, foram desenvolvidas e divulgadas pelo MEC as Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura. A proposta deste projeto previa um Sistema Nacional de Cultura. Tal proposta não seria percebida como um instrumento de políticas públicas e democratização, e sim como um instrumento entre investimento privado e desembolso público. Segundo Reis (2008):

É também durante a ditadura, no governo Geisel (1974-1978), que é criada a primeira Política Nacional de Cultura (PNC). Com uma proposta cultural conservadora, a PNC apresenta um discurso voltado para a preservação das tradições e a memória nacional, reconhecendo o papel e a importância da cultura para o desenvolvimento do país. (REIS, 2008, p. 24)

Em seu papel de mecenas e financiador de manifestações culturais, o Estado adotou uma postura conservadora, preocupando-se apenas com o acervo histórico. À iniciativa privada cabia ocupar-se das atividades rentáveis. (RUBIM, 2007) Expandindo assim os meios de comunicação de massa- e contribuindo para a formação do mercado consumidor da mesma como elucidado Duarte (2010):

(..) em 1962, com a promulgação do Código Brasileiro de Telecomunicações, ficou estabelecido que a instalação de toda a infraestrutura seria responsabilidade do Estado, não havendo, por outro lado em virtude da pressuposição de uma necessária concorrência entre as estações (...) a TV Globo foi a primeira a transmitir parte de sua programação, em rede, para todo o país, beneficiando-se da legislação vigente, que determinava a responsabilidade estatal na oferta de infraestrutura completa de telecomunicações, e também do ímpeto de modernização conservadora por parte dos militares, interessados, por outro lado, num tipo de justificação ideológica para seu projeto autoritário, apoiado pelos Estados Unidos em sua campanha anticomunista do auge da “Guerra Fria”. (DUARTE, 2010, p. 114)

A presença do Estado na cultura durante este período se deu por órgãos estatais como EMBRATUR, EMBRAFILME, Serviço Nacional do Teatro, Instituto Nacional do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN), Fundação Pró-memória e Radiobrás. No plano político, o Estado apresentou o Plano Nacional da Cultura e Conselho Nacional de Cultura. Órgãos que se preocupavam com um público erudito e com uma cultura de patrimônios. (CALABRE, 2007)

O INL, nesse período, tinha como pano de fundo uma sociedade governada pelo dirigismo estatal da sociedade. Durante essa época, teve quatro dirigentes diferentes, que chegaram ao poder conforme suas relações com os militares no governo. Para o início das atividades, o governo militar pediu um diagnóstico- intitulado *Diagnóstico Preliminar de Cultura (1967)*, que, dentre suas preocupações, informava sobre a situação das Bibliotecas Públicas do país.

As bibliotecas, durante esse período, estavam sobrevivendo de doações particulares. Em contrapartida, a indústria do livro necessitava de que elas estivessem funcionando para expandir seu mercado. A criação de mais espaços estimularia e sustentaria a produção editorial. A política pública para bibliotecas esperava atender às necessidades de fortalecimento da indústria editorial e da utilização da cultura como promotora da integração nacional.

Em 1970, o INL se desloca para Brasília, mantendo a política do livro como política de trabalho. A nova direção, sob Maria Alice Barroso, 1970-1974, acreditava na biblioteca pública como suporte ao estudo formal, ideia que assistia em linhas gerais a educação que instituiu a pesquisa escolar como método de aprendizado. Ao voltar-se para o público escolar, a biblioteca pública deixou de evoluir em direção ao apoio à educação do cidadão, ou seja, de pública, só tinha o nome. Em resumo:

Travestida em biblioteca escolar, a biblioteca pública fixou nova função e imagem junto aos programas formuladores de política, às fontes financiadoras e à própria sociedade, relegando a um segundo plano, suas possibilidades como agência de informação para a comunidade. (OLIVEIRA, 1994, p.110).

Dentro desse contexto, foi criado o Programa Nacional do Livro, integrando biblioteca, livro e educação sob o INL. Dois eram os objetivos deste projeto: o livro literário e o livro didático. Pretendia que as bibliotecas fossem difusores culturais, contribuindo para formação de indivíduos condizentes com o projeto de segurança, harmonia social e desenvolvimento econômico proposto pelo Estado. O Instituto, nesse momento, não apenas atuava como comprador e difusor da obra, mas sim- era um coautor que influenciava na produção do livro.

Já na gestão de Heberto Sales (1974-1985), deu-se ênfase à preservação e guarda da cultura brasileira, fornecendo acervos literários, principalmente, diferente da política anterior, o que já denota a falta de continuidade e as diversas rupturas nos planos de trabalho das gestões. O PNL, que estava sob a tutela do INL, passa para a Fundação Nacional do Material Escolar

(FENAME), transferindo recursos do Instituto Nacional do Livro. Dentro desta gestão, o marco foi a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), em 1976.

O SNBP representou um avanço na ideia de trabalho integrado entre bibliotecas. Seus objetivos eram criar um sistema padronizado de atividades biblioteconômicas, nas áreas urbanas e rurais. Em continuidade a essa atividade, como apresenta Paiva (2008):

O INL era o órgão máximo de coordenação do SNBP. Os estados interessados em criar seu sistema de bibliotecas deveriam elaborar um diagnóstico, posteriormente um projeto, definindo necessidades e contrapartida e o órgão estadual que seria responsável pela implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP). Ao INL, cabia analisar e aprovar o projeto, criando um convênio entre o Instituto e a instituição estadual responsável pelo respectivo SEBP. Essa instituição ficava responsável pela coordenação do sistema estadual, pela assistência técnica, processamento técnico e formação de recursos humanos para as bibliotecas municipais. Contudo, apesar da ênfase dada à ideia de biblioteca literária, as bibliotecas públicas continuavam a dar suporte à educação formal ou especial. Um objetivo adjacente era integrar as bibliotecas públicas aos serviços de informação especializada, de maneira a constituir um Sistema Nacional de Informação (NATIS) no País. (PAIVA, 2008, p.39)

No final dos anos 70, numa reforma administrativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi criada a Fundação Pró-Memória. O INL foi integrado a essa Fundação junto com a Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional, a Biblioteca Nacional, os museus Histórico Nacional, da República, Imperial, Nacional, de Belas Artes e Villa-Lobos. A entrada do INL nessa Fundação acentuou ainda mais seus problemas de recursos.

Terminado o longo período ditatorial, os novos governos democráticos têm como desafio gerir a cultura sem dirigi-la.

2.4 REDEMOCRATIZAÇÃO

A cultura, área sob a qual as políticas para bibliotecas públicas têm sido agregadas, nas últimas décadas, também está assegurada na Constituição de 1988. O Plano Nacional do Desenvolvimento- (PND) (BRASIL, 1986), continha clara indicação social, reformas, retomada do crescimento e combate à pobreza.

Na área da cultura, o PND tinha como objetivos a preservação dos bens culturais, o estímulo à criação, à produção e à difusão cultural das diferentes regiões brasileiras, a integração cultura-educação e a formação dos recursos humanos. Na diretriz para a cultura, propunha a

criação, a formação, a manutenção e a difusão de acervos museológicos, bibliotecas, centros de documentação e multimeios. Segundo Oliveira (1994):

Pela primeira vez, a preservação do acervo das bibliotecas e a difusão do uso da informação, eram nominalmente citadas em plano nacional, matriz das prioridades da ação do Estado. A diretriz também deixava clara a necessidade de equilíbrio entre as atividades bibliotecárias patrimoniais, voltadas para a preservação cultural, e as executivas, direcionadas para a promoção do uso daquela memória preservada. (OLIVEIRA, 1994, p.152)

Por meio do Decreto n.91.144, foi criado, em 15 de março de 1985, o Ministério da Cultura, ao qual se vinculou o INL. Um dos problemas deste ministério era a falta de recursos. Segundo Calabre (2009):

Na gestão do ministro Celso Furtado foi aprovada a Lei n 7.505, de julho de 1986, concedendo benefícios fiscais na área do imposto de renda para operações de caráter cultural ou artístico- esses benefícios ficaram conhecidos como Lei Sarney.(...) o presidente Sarney recordou que fazia 11 anos que, pela primeira vez, o projeto havia sido apresentado ao Legislativo e que fora tentada a reapresentação diversas vezes, sempre com impedimentos, tendo em vista que uma iniciativa de tal natureza era de exclusividade do processo de renascimento cultural no país. (CALABRE, 2009, p. 101)

Essa lei, segundo Rubim (2007), foi criada em um momento de grande fragilidade do recém-criado Ministério da Cultura. Em vez de financiar diretamente, o Estado estava propondo que os recursos fossem buscados no mercado, sendo que o dinheiro era de fato público decorrente do mecanismo de renúncia fiscal. O Estado se isenta e o mercado toma o poder de decisão. Dada a relevância da questão, retornamos a essa discussão no próximo capítulo.

Superando suas dificuldades durante esse período, o INL trouxe contribuições ao desenvolvimento das bibliotecas públicas no país. A maior delas foi pauta-la na agenda governamental, levando o Estado a assumir responsabilidades quanto ao livro, à leitura e à biblioteca. Incremento de acervos, formação de pessoal e expansão quantitativa das bibliotecas públicas no país foram metas perseguidas pelo Instituto neste período.

2.4.1 Governo Fernando Collor de Melo (1990 – 1992)

Na busca de uma nova reconfiguração do Estado, os governos civis, desde 1990, têm empreendido -sem cessar- mudanças na estrutura administrativa. Nessas mudanças, são criados, recriados e extintos ministérios, secretarias, fundações e empresas estatais.

Em 1989, foi eleito o presidente Fernando Collor de Melo, período de ascensão do neoliberalismo. Após uma impactante política de controle da inflação e outras atividades, o

mandato desse presidente chegaria ao fim com *impeachment*. O programa de governo de Collor estabeleceu - de início- a extinção de órgãos públicos, a demissão de funcionários públicos federais e o início das privatizações.

No que tange à cultura pela Lei 8.028 - de 12 de abril de 1990, é extinto o Ministério da Cultura e transformado em secretária de cultura. Segundo Paiva (2008):

No mesmo dia doze de abril, o presidente Fernando Collor de Melo, através da Lei nº 8.029 (BRASIL, 1990), extingue e dissolve várias entidades da administração Pública Federal, entre elas a Fundação Nacional Pró-Leitura, que continha o Instituto Nacional do Livro. Assim, através de um documento em que sequer figurava a sua sigla, é extinta a maior instituição governamental diretamente ligada ao livro, à leitura e às bibliotecas públicas na história do País, após 52 anos de existência: o INL. Em substituição às antigas Fundações extintas, o novo governo, que trazia o discurso da modernidade e da superação das velhas políticas da República brasileira, constituía, no mesmo decreto:

I - O Instituto Brasileiro da Arte e Cultura – IBAC, substituindo a Funarte, a Fundacen e a FCB;

II – O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, substituindo a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Pró-Memória; e

III – A Biblioteca Nacional, assumindo as atribuições, o acervo, as receitas e dotações orçamentárias da Fundação Pró-Leitura. (PAIVA, 2008, p. 71)

O projeto de modernização nacional, no fomento e custeio da cultura, foi iniciado através da lei n. 8. 313, de 21 de dezembro de 1991, conhecida com Lei Rouanet, em referência a Sérgio Rouanet, secretário de cultura do governo Collor. Ela lei almejava substituir a Lei Sarney- com o objetivo de financiar projetos culturais. Ela institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que é formado por três mecanismos: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), o Incentivo Fiscal (Mecenato) e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart). O Mecenato é o instrumento mais utilizado, que concede benefícios fiscais para investidores que apoiam projetos culturais sob forma de doação ou patrocínio. O FNC destina recursos a projetos culturais por meio de empréstimos reembolsáveis ou cessão a fundo perdido. O FICART permite a aplicação de recursos em projetos culturais de caráter comercial, por meio de fundos de investimentos criados por instituições financeiras, mas, desde a sua criação, nunca foi utilizado. (CALABRE, 2009)

A predominância dessa lógica de financiamento dificulta o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e fortalece o chamado mercado nas decisões finais daquilo que deve

ser patrocinado. Nesse período, as políticas culturais são tão somente as leis de incentivo. Para as bibliotecas públicas, Paiva (2008) afirma que:

Essa lei beneficiou pouco as bibliotecas públicas, em primeiro lugar, porque o número de projetos apresentados para elas foi reduzido. Por outro lado, algumas Associações de Amigos das Bibliotecas conseguiram aprovar e executar vários projetos e, no âmbito nacional, a construção de um sistema para gerenciamento de bibliotecas, o BibLivre, totalmente gratuito e desenvolvido em software livre. Essas duas iniciativas podem ser relacionadas como resultados da Lei Rouanet para as bibliotecas públicas. (PAIVA, 2008, p.115)

Em 1992, dois decretos foram criados. O primeiro foi o decreto 519, de 13 de maio de 1992, que instituía o Programa Nacional de Incentivo a Leitura – Proler, tendo como objetivos promover o interesse pelo hábito de leitura, implantar redes permanentes de práticas leitoras e criar condições de acesso ao livro. (BRASIL, 1992)

Para atingir seus objetivos, o Proler, segundo o seu decreto de criação, utilizaria os seguintes mecanismos:

- I - instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio de familiarização com o livro e a biblioteca;
- II - dinamização de salas de leitura, mediante supervisão de atividades edistribuição de materiais com sugestões de promoções;
- III - consolidação da liderança das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura;
- IV - provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público;
- V - promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura;
- VI - utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura. (BRASIL, 1992, p.1).

O decreto 529, de 20 de maio de 1992, implanta, com o nome original criado por Herberto Sales, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Seus objetivos são:

- I - incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
- II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
- III - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;
- IV - manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;
- V - incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;

VI - proporcionar, obedecida à legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;

VII - favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;

VIII - assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem como fornecer material informativo e orientador de suas atividades; e

IX - firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas. (BRASIL, 1992, p.1).

Os eixos de ação estabelecidos pelo Proler foram fomento e divulgação; formação continuada de promotores de leitura - e pesquisa e documentação. O Proler e a SNBP foram instituídos junto à Fundação Biblioteca Nacionais (FBN) e - ambos tiveram, como premissa, a concepção da sociedade moderna, que necessita do mínimo de leitura por parte dos cidadãos. Segundo Paiva (2008):

O Proler buscava contemplar, enfatizar e disseminar a “variedade e a diversidade das práticas brasileiras de promoção da leitura em todo o País” (PROLER, 1997, p.7), enquanto o SNBP deveria, de outro lado, dar acesso à leitura para o esperado e crescente público leitor, através do apoio à criação e ao desenvolvimento de bibliotecas públicas. (PAIVA, 2008, p. 76)

Durante esse período, com a implementação dessas duas políticas, o Proler buscava contemplar, enfatizar e disseminar a variedade de práticas de leitura no país, enquanto o SNBP deveria dar acesso à leitura, para o esperado público leitor, recorrendo a apoio e desenvolvimento das bibliotecas públicas. Segundo Machado (2010):

(...) a concepção do SNBP foi inovadora, no sentido de propor um sistema eu pudesse agir de forma ramificada nesse país de dimensões continentais, porém sua subordinação à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) amarrou sua estrutura, eliminando a possibilidade de agir de maneira autônoma e, conseqüentemente, minando sua capacidade e força para atuar efetivamente e de maneira contínua na dinamização e no fortalecimento das bibliotecas públicas. (MACHADO,2010,p.100)

O início de década de 1990 provocou um grande impacto na área cultural que durante décadas esteve sob o forte domínio dos regimes anteriores, que assistiu à dissolução de uma série de órgãos que compunham a sua estrutura, e seu ministério recém formado. Esse desmonte- foi o início da abertura- para as políticas culturais- se submeterem a lógica de financiamento proposta pela agenda neoliberal do governo Collor e que veremos com mais profundidade nos governos seguintes.

2.4.2 Governo Itamar Franco (1992 – 1994)

O governo Itamar Franco tinha como objetivo, após impeachment do presidente Fernando Collor, manter a ordem democrática e superar problemas econômicos. Para essa ação seu governo contou com o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que conduziu a reforma do Estado, - a redução de gastos públicos e a intensificação do processo de privatização.

Na área da cultura, Itamar Franco refez o Ministério gradativamente. Porém, na medida em que o Ministério da Cultura se consolidava, ele viria a enfraquecer o Proler e o SNBP, principalmente a partir do governo seguinte, quando iniciativas desse Ministério concorreriam com as da FBN, duplicando esforços e dividindo recursos já escassos, sem contribuir para o adensamento das reflexões sobre as bibliotecas públicas. (PAIVA,2008)

2.4.3 Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)

Durante esse governo, deu-se a consolidação da abertura econômica. Segundo Calabre (2007):

A gestão do Ministro Francisco Weffort, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi o momento de consagração desse novo modelo que transferiu para a iniciativa privada, através da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria ou não receber sobre o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados. Ao longo da gestão Weffort, a Lei Rouanet se tornou um importante instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras. (CALABRE, 2007, p.95)

Eles aprofundaram a privatização, a desregulamentação, a redução do papel do Estado, a explosão da internet e a afirmação do discurso neoliberal. O governo deste presidente incrementa uma estrutura, com o intuito de capacitar o país para a Sociedade da Informação. (PAIVA,2008)

Para a cultura, é criado, por Decreto Lei 1.494, de maio de 1995, o Programa Nacional de Apoio a Cultura. No primeiro governo FHC, os Programas “Uma biblioteca em cada município” e “Livro Aberto”, de 1996, retomam uma meta que projetos do INL e que o SNBP já haviam idealizado, ou seja, prever cada município brasileiro com uma biblioteca pública. Segundo Paiva (2008):

O Objetivo do Programa “Uma biblioteca em cada município” era implantar bibliotecas públicas em municípios que não as possuíam, através de convênios com as prefeituras municipais. O município recebe da Secretaria Nacional do Livro e Leitura, do Ministério da Cultura, um acervo pré-selecionado de 2.600 livros, estantes e um curso de treinamento para seus servidores. O município, em contrapartida, deve dispor de espaço mínimo para a biblioteca, em local próximo às escolas e de fácil acesso para a comunidade, montar uma Associação de Amigos da Biblioteca e criar lei para a

biblioteca, para que ela se torne uma rubrica no Orçamento Municipal, tendo recursos para sua manutenção e desenvolvimento. O Programa Livro Aberto, por sua vez, tem por meta aumentar e melhorar bibliotecas públicas e escolares, fomentando a parceria com municípios, na formação de novas bibliotecas e qualificando e treinando profissionais na área, renovando acervos e promovendo campanhas de leitura. (PAIVA, 2008, p.81)

A partir de 1996, com um trabalho iniciado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Tecnologia, é lançado, em 1999, por Decreto nº 294/99, o Programa Sociedade da Informação (Socinfo), que tinha por objetivo integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços de computação, de forma a alavancar a pesquisa e a educação, buscando criar um país de “usuários de informação”. Para Paiva (2008):

(...) o Socinfo é um programa mais voltado para a cultura da forma do que para o conteúdo da cultura, pois as bibliotecas são tomadas apenas como potenciais “pontos de acesso às tecnologias”, ignorando não só os fundamentos e concepções de biblioteca pública para o novo milênio(...) De um modo geral, as ações colocadas pelo governo para a Sociedade da Informação são um equívoco, pois muitas vezes restringem-se a uma “vulgarização da *Internet*”, como se a ligação física à rede fosse nos redimir de toda uma história de desigualdade e exclusão, ignorando o que seja, realmente, a informação e sua função na sociedade. (PAIVA, 2008, p.84)

Quanto às políticas culturais desse governo, foi aprovado o Regime da Comissão Nacional de Incentivo a Cultura (CNIC), órgão integrante do MINC que avalia a concessão de benefícios a projetos culturais e os enquadramentos deles no PRONAC. (IPEA, 2002). Dentro dessa esfera, as bibliotecas públicas estão representadas pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

No âmbito geral da cultura, a Lei Rouanet, criada em 1991, continuava a ser um dos principais, senão o principal instrumento, da estratégia de miscigenar Estado e mercado. Permaneceu como principal política de incentivo à cultura, continuando aceita e vigente por todos esses anos, não obstante as críticas crescentes de intelectuais e os resultados estatísticos demonstrando a crescente concentração de recursos e de região atendida pelos projetos. A dinâmica da Lei Rouanet deixa a seleção dos projetos culturais por conta das empresas patrocinadoras que, portanto, dirigem a cultura. (CALABRE, 2009)

Segundo Reis (2008):

A crítica que se faz é que as leis de incentivo transferem a responsabilidade do poder público para os setores de marketing das empresas, que decidem as áreas incentivadas (portanto, fazem as políticas culturais) e ainda ganham reconhecimento de imagem utilizando dinheiro público. Além disso, promovem uma concentração desigual de benefícios entre os estados e as diferentes áreas culturais, pois as instituições preferem

investir em setores que trazem maior visibilidade e retorno empresarial. (REIS, 2008, p.26)

Pode-se dizer que o governo FHC completou um ciclo iniciado durante a década de 80, mantendo-se, durante os anos 90, correspondente a uma conjuntura internacional e nacional que implantou as ideias neoliberais baseadas na proposta de Estado-mínimo: o Estado funcionando como órgão regulador e reduzindo suas funções, atividades e responsabilidades. As políticas culturais foram conduzidas pela lógica do financiamento, tendo a cultura tratada pela lógica da mercadoria. O mercado e os produtores foram, de fato, os beneficiados pelas leis de incentivo, que pouco fizeram pelo aumento do acesso dos cidadãos aos bens culturais. Segundo Calabre (2007):

A gestão do Ministro Weffort (oito anos) foi acompanhada por uma política de Estado mínimo, o que para um ministério que mal havia sido recriado trouxe enormes dificuldades operacionais. Ao terminar tal gestão o MinC tinha como principal atividade aprovar os processos que seriam financiados através da Lei de Incentivo à Cultura. (CALABRE, 2007, p.98)

Os programas voltados para as bibliotecas públicas, do INL em 1937 até o governo FHC, tiveram como objetivo incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas.

Com a posse de Lula à presidência da República, em 2003, o cantor e compositor baiano Gilberto Gil (2003-2007) é escolhido para ser Ministro da Cultura. E este governo se defronta com essas, políticas culturais resultantes de um processo histórico que se relacionam com a concentração de recursos em determinadas regiões do país; pelo orçamento escasso; pelas políticas vinculadas à lógica das leis de incentivo ou a eventos; pelas oscilações entre o dirigismo e a falta de interesse cultural do Estado e, por fim, uma profunda e persistente desigualdade social, expressa também numa desigualdade cultural e educacional. Os limites e avanços realizados e possibilitados pelas políticas públicas culturais brasileiras destinadas ao livro, à leitura e às bibliotecas será objeto, portanto, do próximo capítulo.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS AO LIVRO, À LEITURA E ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO GOVERNO LULA DA SILVA (2003-2010) E DILMA ROUSSEF (2011-2014)

O capítulo anterior visou recuperar a trajetória das políticas públicas culturais relacionadas ao livro, à leitura e às bibliotecas desde a Era Vargas - com ênfase na criação do INL - até o governo FHC.

Seguindo neste percurso de caráter histórico, o presente capítulo busca analisar as políticas culturais do governo Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Roussef (2011-2014) no que trata do livro, da leitura e das bibliotecas públicas, almejando discutir as novas formas de democratização e desigualdade produzidas no período referido. Para tal, nosso material de análise foi constituído por documentos do Ministério da Cultura, inclusive aqueles elaborados em conjunto com o Instituto de Políticas Econômicas Aplicada (IPEA).

Conforme já discutimos na introdução, tal análise está sujeita às limitações não apenas pela falta de distanciamento entre a reflexão e o processo histórico em curso, mas também pela complexidade das relações sociais envolvidas, que não se resumem às políticas produzidas pelo Estado e menos ainda pelos documentos oficiais.

3.1 POLÍTICAS ECONÔMICO-SOCIAIS

Em 2003, o presidente Lula da Silva (ex-metalúrgico, ex-líder sindical, fundador e presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva) inicia seu primeiro mandato mantendo um discurso de governo “popular”. Segundo Singer (2012):

No futuro quando for escrita a crônica dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, talvez o pleito de 29 de outubro de 2006 pareça como mera repetição dos resultados de quatro anos antes, eleição em que o candidato do PT venceu o do PSDB por uma diferença de 20 milhões de votos. Na superfície, a reiteração da maioria firmada em 2002. Mas, encoberto sob cifras quase idênticas, houve em 2006 um realinhamento de bases sociais, fazendo emergir o lulismo. (SINGER, 2012, p.51)

Durante o Governo Lula (2003-2010), o ponto central de análise é o programa de governo: “País rico é país sem pobreza”, lema que aponta para a diminuição da pobreza, mas não necessariamente da desigualdade. O projeto de governo estava firmado em três pontos:

transferência de renda para os mais pobres, ampliação do crédito e valorização do salário mínimo, que resultou no aumento do trabalho informal. Essas medidas não atingiram diretamente a classe trabalhadora organizada, mas ao denominado subploretariado: aquele que oferece a sua força de trabalho por um valor que não assegura sua participação efetiva no mercado consumidor e a quem, por suas condições não é permitida a participação organizada na luta de classes. Esse trabalhador se caracteriza por pequenos produtores e/ou empregadas domésticas. (SINGER, 2012)

Na primeira fase de seu governo, a contenção de despesa pública, a elevação dos juros, a manutenção do câmbio flutuante, e a reforma previdenciária seguiram as deliberações da política neoliberal, sendo voltadas para estabilizar a economia e mostrar ao capital que os compromissos assumidos durante a campanha estavam cumpridos, em escala inclusive superior à seguida pelo governo FHC. De forma simultânea a essas atividades, o governo Lula apresentou iniciativas opostas. Portanto, a opção do governo pela redução da miséria mostraria seu caráter dúbio, uma vez que o neoliberalismo necessariamente implica o aumento da desigualdade.

Contudo, com o lançamento do Bolsa Família, em setembro de 2003, a expansão do financiamento popular, o convênio assinado entre sindicatos e bancos no final do mesmo ano e a valorização do salário mínimo considerados em conjunto, produziram um alívio nas condições de vida dos mais pobres e a reativação do mercado interno. Segundo Singer (2012):

A dupla cara do programa adotado permitiu que, enquanto perante o capital, interno e externo, o governo fizesse o discurso de atendimento integral dos itens pactados por meio da “Carta ao Povo Brasileiro” (junho de 2012), diante das bases populares afirmasse ter posto em prática itens do progresso histórico do PT, já que o fortalecimento do mercado interno de massa correspondia à plataforma petista. É verdade que, no decorrer da trajetória anterior, o partido não acreditava que fosse possível ativar o mercado interno sem confrontar os interesses do capital financeiro. Ter descoberto que com uma quantidade relativamente modesta de recursos e opções que não dependiam do orçamento da União (como caso do crédito consignado) era possível revitalizar regiões muito carentes, como o interior nordestino, foi o que garantiu, juntamente com a melhora da conjuntura econômica internacional, o sucesso da fórmula lulista. A dificuldade de escapar de avaliações simplistas a respeito do governo Lula, tão contraditório nos caminhos escolhidos, levou à acusação de que este seria, simultaneamente, neoliberal e populista. Afinal, como entender política que, ao mesmo tempo, reduz e aumenta demanda? (SINGER, 2012, p.145)

Para Singer, portanto, o lulismo é um fenômeno da política brasileira. A marca deste fenômeno é a conclusão da modernização conservadora iniciada no governo Vargas, que gerou

uma estrutura estatal de tutela da sociedade civil e das relações entre classes sociais. O lulismo se aproxima deste processo sócio-político, mas não funciona da mesma forma.

Ainda para esse autor, o sucesso do lulismo se deve ao equilíbrio do proletariado e dos capitalistas. Os conflitos parecem não existir, ou aparecerem de maneira oculta. A sociedade não se mobiliza perante um cenário de crescimento aparentemente estável. Esse fenômeno, busca, portanto, um ponto de fuga das lutas de classes, solução criada pelo alto, despolarização e uma repolarização da política.

A busca de um impossível equilíbrio entre o capital e o trabalho trata não somente de uma preservação da ordem para evitar uma radicalização política, mas também de garantir, ao suproletariado, a inflação baixa e o poder de consumo. Para Singer (2012):

Embora à classe trabalhadora interesse a redução da sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente, cuja existência deprime as condições de luta, o lulismo tem um pertencimento de classe específico, cuja prioridade, conforme vimos é a diminuição da pobreza, e não da desigualdade. Por isso, o reformismo fraco é o projeto adotado pelo bloco no poder. Expansão do mercado interno com integração do subproletariado ao proletário via emprego (mesmo que precário), consumo e crédito, sem reformas anticapitalistas, e com lenta queda da desigualdade como subproduto, é o que se deve esperar. (SINGER, 2012, p.160)

Podemos concluir dentro dessa análise que o lulismo promove a abertura de espaço para a diminuição da pobreza, mas não para desigualdade. Essa característica mantém também intactas as contradições sociais que atravessam o campo das políticas culturais, tratadas no item a seguir.

3.2 POLÍTICAS CULTURAIS

O governo Lula da Silva, em sua atuação no Ministério da Cultura, propôs-se a fazer uma reinvenção e uma atualização dos discursos que envolvem as políticas públicas culturais, pautando-se sempre no discurso que retoma a Constituição Federal de 1988 (CF/88), que é reservar à cultura um papel sistêmico- ao tratá-la como direito e colocá-la no rol dos direitos sociais. Segundo Rubim (2007), o modelo proposto pelo governo- incluía um Estado mais presente também no setor cultural, com o desejo de romper com a histórica “trajetória da história da política cultural baseada em autoritarismo, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios”. (RUBIM, 2007, p. 11).

O documento de campanha apresentado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para a disputa presidencial em 2002- *A Imaginação a Serviço do Brasil*- colocava, como compromisso do governo, a cultura como política de Estado, reconhecendo-a como direito básico do cidadão e estabelecendo políticas de longo prazo para além dos governos. (PT, 2002) Esse documento apresenta, assim, a intenção de retomar para o Estado a responsabilidade de intervir de forma planejada no que tange o campo cultural. Ou seja, o documento traz clara a ideia da necessidade da implantação de políticas de Estado e não de governos específicos. Com isso, estruturou suas propostas em três dimensões: social, democrática e nacional.

Esse documento contou com a colaboração de diversos atores culturais em encontros realizados em diversas partes do país. Nesses encontros, alguns temas orientaram os projetos de políticas públicas de cultura: Cultura como Política de Estado; Economia da Cultura; Gestão Democrática e descentralização político-administrativa; Sistema Nacional de Política Cultural; ampliação do orçamento do MinC; Direito à memória e a políticas para o patrimônio material e imaterial; Cultura e Comunicação; Transversalidade das Políticas Públicas de Cultura.

Com a vitória de Lula da Silva, o Ministério da Cultura inicia sua gestão com uma equipe distinta daquela que formulou durante o período de campanha. O ministro Gilberto Gil não tinha participado do documento de campanha, o que tornou a composição de seu ministério um desafio. Após essa formulação do quadro gerencial do MinC, a primeira iniciativa do ministro foi a necessidade de definir conceitualmente a cultura, para assim nortear as ações do Ministério.

O então ministro traz para o MinC a noção de cultura em dimensão antropológica. Assim, o Ministério de Gil deixou claro, desde o início do governo, qual concepção iria seguir, justamente buscando ampliar as suas possibilidades de atuação do Estado para além das áreas de patrimônio material, artes e literatura. Segundo Botelho (2007):

Trata-se aqui da adoção de um conceito ampliado de cultura de forma a abarcar os fazeres e saberes populares e não apenas se restringir ao universo das belas-artes como sendo “a cultura”-singular e com C maiúsculo. Ou seja, vale nesta linha de continuidade a incorporação da dimensão antropológica da cultura, aquela que, levada as últimas consequências tem em vista a formação global do indivíduo, a valorização de seus modos de viver, pensar e fruir, de suas manifestações simbólicas e materiais, e que busca, ao mesmo tempo, ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua capacidade de agir sobre o mundo. O essencial é a qualidade de vida e a cidadania, tendo a população como foco. (BOTELHO, 2007, p.110)

Essa dimensão antropológica torna o processo mais lento e mais difícil, em relação a uma dimensão sociológica que é mais prática e visível por meio através de instituições, programas, projetos e financiamentos. Esse foi e continua sendo um importante desafio inicial apresentado ao Ministério.

Conforme já abordado no capítulo anterior, a estrutura do Minc vem sendo reduzida desde a década de 90. O processo de redemocratização no Brasil, após os anos 80, resulta em uma dita crise das políticas culturais, pensadas a partir da hegemonia neoliberal. O projeto neoliberal se instala no país ao mesmo tempo em que a democratização é refeita.

O processo de aprofundamento democrático se desenvolve nos espaços públicos e na participação da sociedade civil, enquanto simultaneamente vemos crescer as propostas do Estado mínimo, resultando no encolhimento do Estado e na transferência das responsabilidades para sociedade civil. Segundo Caldas (2010):

O Ministério da Cultura foi criado em meio a este contexto de consolidação da ideologia neoliberal e afastamento do Estado de prover à população o atendimento de suas necessidades básicas, como educação, segurança e saúde. Não diferente, a cultura ficou relegada aos interesses do setor privado, principalmente a partir da criação das leis de incentivo. (CALDAS, 2010, p.88)

Reiterando, a partir da década de 80, após o regime militar, com a criação do Ministério da Cultura, observamos, assim, a emergência das chamadas leis de incentivo, como foi a Lei n 7.505, de 20 de junho de 1986 – Lei Sarney – criada pelo então presidente e substituída pela Lei n 8. 313 – Lei Rouanet- criada pelo secretário de Cultura do Presidente Collor (1992).

Hoje a Lei Rouanet engloba todo o setor cultural e instituiu o Programa Nacional de Apoio a Cultura (Pronac), com a finalidade de captar recursos Comissão Nacional de Incentivo a Cultura (CNIC), responsável pela análise dos projetos que se candidatam a receber incentivos da Lei. O Pronac, através do Fundo Nacional de Cultura (FNC), fica responsável pela captação de recursos e outros incentivos a projetos culturais.

O Fundo Nacional de Cultura destina recursos diretamente a projetos culturais, por meio do fundo perdido ou de empréstimo. Os projetos aprovados pelo FNC recebem 80% do seu valor total. Partindo dessa pequena descrição, segundo Caldas (2010):

Dessa forma podemos concluir que o atual sistema de financiamento cultural no Brasil se dá basicamente por três mecanismos:

- Via recursos orçamentários do Fundo Nacional de Cultura (FNC) e de instituições federais de cultura;
- Via incentivos fiscais, previstos nas leis do Audiovisual e Rouanet;
- Via fundos de investimento, como Ficart e o Funcine, regulados pelo CVM. Os fundos de investimento foram pouco efetivos até o momento, mas guardam um grande potencial de aporte adicional de recursos para a cultura. (CALDAS, 2010, p.89)

O investimento direto do poder público federal ocorre por meio do Fundo Nacional de Cultura. Seus recursos são provenientes do Tesouro Nacional, doações, legados, auxílios de organizações internacionais, loterias federais, entre outros. Em um contexto político orientado pela agenda neoliberal, o financiamento baseado na dedução de impostos foi incentivado e por muito tempo a principal ferramenta de políticas culturais no Brasil.

As leis de incentivo geram produção cultural, porque injetam dinheiro no setor. Elas não formam patrocinadores reais, criando um jogo ilusório, no qual circula apenas o dinheiro público e a relação entre cultura, empresas e pessoas é pervertida. As empresas privada não aplicam efetivamente recursos e o que circula é apenas o dinheiro público. A manutenção dessa lógica de financiamento denuncia a orientação político ideológico do governo em análise, afirmação essa que aprofundaremos ao longo deste capítulo. ⁸(SARKOVAS, 2005)

O governo Lula, em seu segundo mandato, anunciou a proposta de mudanças neste sistema e foi duramente criticado pelos maiores beneficiados. A reforma da Lei Rouanet prevê o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura, o fim da dedução de 100% e maior autonomia do MinC na escolha de projetos que realmente interessam ao grande público. Entre as mudanças, destaca-se sua ênfase como o principal mecanismo de fomento a cultura. Segundo Caldas (2010):

O montante anual do FNC deverá corresponder pelo menos a 40% das dotações do MinC e há uma preocupação em pulverizar os recursos para as diversas áreas da cultura, através de fundos setoriais (artes visuais; artes cênicas; música; acesso e diversidade; patrimônio e memória; livro, leitura, literatura e humanidades; ações transversais e

⁸ Uma visão antagônica a de Sarkovas (2005) é a de Piva (2013), que afirma no livro “10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma” o seguinte: “Essa constatação, porém, não anula outra bastante evidente: de que governos e governantes não são todos iguais. Ao contrário. Os governos petistas, com a participação de partidos aliados e forças sociais de várias origens, têm liderado grandes avanços no âmbito das políticas públicas de cultura no país nos últimos anos. Essa talvez seja a principal motivação deste balanço: entre 2003 e 2012, o Brasil viu ser estabelecida a ideia de cultura como política pública, ambiente no qual ela não se reduziu à mera gestão do balcão de um bom negócio, mas se afirmou como mobilizadora de valores, práticas e crenças antes invisibilizados pela lógica de mercado que presidia as ações do Ministério da Cultura até então.” (p.286)

equalização, audiovisual e incentivo à inovação do audiovisual), que também estão previstos na nova lei. Outra iniciativa importante é a obrigatoriedade da transferência de no mínimo, 30% dos recursos do FNC a fundos públicos de estados, municípios e Distrito Federal, os quais devem possuir fundos de cultura geridos por órgãos instituídos democraticamente. Dos recursos que permanecerem com o MinC, 80% deverá ser destinado a proponentes da sociedade civil não vinculados ao copatrocinador ou ao poder público. Além disso, cada região do País não terá acesso menor que 10% do orçamento do Fundo. (CALDAS,2010, p.100)

Essas modificações atuam diretamente no estímulo à utilização da “política de edital” criada pelo governo Lula. Esse, mesmo sendo um instrumento burocrático por sua linguagem e exigências na seleção do projeto, exclui setores que não apresentam capacidade de atuar nessa lógica se opondo, assim, a políticas mais universais.

Comparando o governo FHC, que funcionou efetivamente dentro da lógica neoliberal e com o Estado mínimo, com o governo Lula/Dilma Rousseff, temos o seguinte quadro dentro das políticas culturais:

Quadro 1 - Comparação entre os governos FHC e Lula/Rousseff

CATEGORIAS	FHC	LULA/ROUSSEFF
Orçamento	Destinação de 0,2% do orçamento da União para cultura em 2002, último ano de governo.	Destinação de 0,7% do orçamento da União para cultura em 2010, último ano de governo. É o maior orçamento da história do ministério.
Estímulo à promoção de eventos e localização dos equipamentos Culturais	Estímulo à produção e à circulação por meio do apoio a festivais, concursos prêmios e bolsas, continuou operando de modo muito localizado e desigual, em torno de RJ/SP	Levantamento de informações e indicadores culturais que direcionaram as políticas públicas para um caminho mais igualitário.
Financiamento- Leis de Incentivo	Política cultural fortemente apoiada na lei de incentivo fiscal- Lei Rouanet e Lei Audiovisual	Mudança na Lei Rouanet onde propõe o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura. Criação e implementação do Programa Cultura Viva
Patrimônio	Desarticulação com sistemas estaduais de museus. Processo de modernização de museus. Início de um processo de municipalização da gestão dos bens patrimoniais.	Elaboração de um política integrada de patrimônio e criação de rede de apoio à preservação patrimonial. Além da criação de um Sistema Nacional e estadual de Museus
Cinema	A Lei audiovisual conseguiu alavancar de maneira importante a produção audiovisual	Fomento a produção, formação e capacitação da força de trabalho, veiculação via TV e implantação

	brasileira. No entanto, houve dificuldade com distribuição e exibição.	de exibição ambulante de filmes brasileiros.
Participação da Sociedade Civil	Pouco se tem de informação sobre este setor, o que leva a entender que não houve incentivo de participação social na área da cultura durante o governo	As políticas públicas de cultura foram fundamentadas nas demandas dos movimentos sociais culturais levantadas e registradas em processos participativos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base no quadro apresentado, podemos afirmar que o governo Lula optou por um caminho diferente do governo FHC, quando colocou o Estado como indutor do desenvolvimento econômico e social do país. Enquanto o governo FHC aderiu ao programa neoliberal e defendeu em sua gestão o mercado como responsável pelo crescimento econômico e o Estado como mediador dos interesses da sociedade e do mercado.

Contudo, ao passo que o governo Lula amplia a participação social na cultura, mediante as Conferências de Cultura, programas e do vale- cultura e procura transformar essas ações em políticas de Estado, que exigem continuidade independente do governo no poder - O mesmo não rompe com a “reforma gradual e o pacto conservador” iniciado na Era Vargas. De acordo com Ricci (2010):

O lulismo completa a modernização conservadora iniciada por Vargas porque reafirma o Estado como demiurgo da sociedade civil e das relações de estabilidade das relações sociais no Brasil. Não inova em termos de processo decisório na gestão pública. Ao contrário reedita o que Weffort (1992) identificou como sistema dual da política nacional que limita a competição entre forças políticas (ou as controla). (...) O lulismo opera a partir da integração – pela tutela do Estado – das massas urbanas e rurais ao mercado de consumo de classe média, que historicamente formaram linhagens de pobres e marginalizados, formando uma árvore genealógica do ressentimento, cinismo e desconfiança em relação à política e à institucionalidade pública vigente (RICCI, 2010, p. 16)

Durante o governo Vargas, os investimentos realizados pelo Estado constituíam uma ideia de formação de um capital sobre o controle do Estado. O governo Lula segue a agenda do capital privado, ou seja, o governo Lula optou pela continuidade do modelo anterior com variações. Por um lado, esse governo aplica os fundamentos da disciplina fiscal e monetária e por outro compensa com políticas sociais que seguem a lógica de financiamento vigente do governo anterior. (RICCI, 2010)

3.2.1 Sistema Nacional de Cultura

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC) foram políticas prioritárias do programa governamental *Imaginação a Serviço do Brasil*. Divide-se em seis eixos: Cultura como Política de Estado; Economia da Cultura; Direito à Memória; Cultura e Comunicação; Transversalidades das Políticas Públicas de Cultura; e Gestão Democrática. O SNC E PNC estão inseridos no último tema, que tinha como objetivos a “descentralização política administrativa; regionalização das Políticas Públicas de Cultura; mecanismos de participação popular; Conselhos, implementação de um Sistema Nacional de Política Cultural; e ampliação do orçamento do MinC”. (PT, 2002, p.9)

Desde o início, a ideia do SNC era reunir os entes federativos, instituições privadas e o chamado terceiro setor para, em conjunto, implantar políticas públicas de cultura por meio de um órgão gestor local, que seriam os Conselhos de Cultura, respectivos a cada órgão.

A proposta do SNC foi inspirada no Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro- e também no sistema adotado em outros países, como França, Espanha, Cuba e Colômbia. Sem o interesse de aprofundar os estudos sobre o funcionamento do SUS, é relevante ressaltar que existem algumas semelhanças entre o modelo de saúde e a proposta idealizada para o SNC.

A criação do SUS está regulamentada pela Constituição Federal de 1988. Em sua consolidação visa ações e serviços públicos de saúde, que constituem um sistema único, descentralizado e com a participação da comunidade (BRASIL, 1988). Contudo, diferente do SUS, que se apresenta como uma política consolidada no país, o Sistema Nacional de Cultura, por conta de sua recente aprovação em - 20 de novembro de 2012 (EC 71/2012), está em fase de amadurecimento e de implementação.

Entre os compromissos assumidos por esse órgão, destacam-se a elaboração e execução de um Plano de Cultura e um Conselho de Política Cultural, sendo o esse um órgão específico para gestão dessa mesma política, financiamento para cultura, apoio e realização de encontros para a discussão e elaboração de diretrizes para o Plano Nacional de Cultura.

Outras atividades importantes, resultantes da implantação do Sistema Nacional de Cultura, são a descentralização das ações e das políticas culturais; o melhor planejamento dos

gastos e investimentos por região e segmentos; e a maior participação social na formulação de políticas públicas e ampliação de políticas transversais dentro do governo e da sociedade.

3.2.2 Plano Nacional de Cultura e o Conselho Nacional de Política Cultural

O Plano Nacional de Cultura (PNC) foi uma iniciativa que começou com a Proposta de Emenda Constitucional n 306, instituída em 2005. Sua origem data de 2000, a partir do Programa de Emenda Constitucional. Sua justificativa se deu pelo reconhecimento da Constituição Federal de 1988, além de figurar em seu texto de elaboração o fato da cultura não ser um tema importante no rol das políticas culturais e da cultura ser tratada normalmente.

A Primeira Conferência Nacional de Cultura: Estado e Sociedade Construindo Políticas Públicas de Cultura teve, em seu momento final, a aprovação do projeto de Lei do PNC, feita a partir de diretrizes estabelecidas nos encontros precedentes à Conferências Nacional (conferências municipais, intermunicipais, estaduais e os seminários setoriais) e na Plenária Nacional. A relatoria final da CNC foi encaminhada pelo MinC ao Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Esse deveria aprovar as diretrizes propostas, para se transformar no Projeto de Lei do Plano Nacional, a ser aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente. (REIS, 2008)

O Conselho Nacional de Política Cultural, decreto n 5.520 de 25 de agosto de 2005, é um órgão colegiado subordinado ao Ministério da Cultura, com a finalidade de propor a formulação de políticas públicas culturais, visando promover a articulação dos debates de diferentes níveis de governo e sociedade civil. O CNPC deve atuar como um importante instrumento de articulação social e política para o MinC.

O Conselho possui uma grande função política, resultante de sua aprovação e elaboração de diretrizes - um caráter consultivo, por meio das reuniões, das Câmaras Setoriais e das Conferências Nacionais e um papel de acompanhamento e fiscalização.

Aprovado em 2 de dezembro de 2010, o PNC tem duração de dez anos e coloca como objetivos:

Art. 2º São objetivos do Plano Nacional de Cultura:

- I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira;
- II - proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;
- III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- IV - promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;

- V - universalizar o acesso à arte e à cultura;
- VI - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- VII - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;
- VIII - estimular a sustentabilidade socioambiental;
- IX - desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais;
- X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
- XI - qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado;
- XII - profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;
- XIII - descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura;
- XIV - consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;
- XV - ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo;
- XVI - articular e integrar sistemas de gestão cultural. (BRASIL, 2010,p. 2)

Além do Brasil, outros países da América Latina elaboraram sua Política Nacional de Cultura, em uma perspectiva de longo prazo. É relevante notar a influência da Declaração sobre a Diversidade Cultural da UNESCO, aprovada em 2001 na 31 Conferência Geral da Unesco, em que a cultura é considerada nos seguintes termos:

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras. (UNESCO,2002, p.3)

Mesmo seguindo as diretrizes da Unesco, é importante ressaltar o atraso nas formulações de políticas culturais no Brasil com relação a outros países. Contudo, é importante lembrar que já existiu uma proposta brasileira para um Plano Nacional de Cultura, criada anteriormente, durante o regime militar. A diferença é que agora esta Política Nacional foi elaborada dentro de um regime democrático no Brasil.

3.2.3 Programa Cultura Viva

De acordo com Araújo (2010), o Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva, criado em 2004, nasceu com a vocação de se voltar a jovens, proporcionando-lhes a possibilidade de exercitar os direitos culturais, articulando associações da sociedade civil, possibilitando o acesso destes agentes aos recursos públicos e contribuindo para o enfrentamento de problemas relativos às carências de instrumentos e equipamentos culturais. Realiza-se por meio intermédio

do convênio entre o MinC e as lideranças responsáveis por iniciativas culturais em comunidades.

Os objetivos, problemas e público-alvo do programa são:

Programa Arte, Cultura e Cidadania

Problema: desvalorização da produção cultural dos grupos e comunidades e sua exclusão dos meios de produção, fruição e difusão cultural.

Objetivos: fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas e ampliando o acesso aos bens culturais.

Público-alvo: Populações com pouco acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural ou com a necessidade de reconhecimento da identidade cultural. Adolescentes e jovens expostos à situação de vulnerabilidade social. (ARAUJO, 2010, p.39)

Apresenta cinco eixos: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griots (Mestres dos Saberes) e Escola Viva. Os Pontos de Cultura, eixo central do programa, são unidades de produção, de recepção e de disseminação culturais em comunidades que se encontram fora dos circuitos culturais. Para se tornar um ponto de cultura, é preciso uma iniciativa da sociedade civil para se candidatar, por meio de edital público. Segundo Machado (2010):

Para o MinC, o Ponto de Cultura passa a ser o polo de articulação da cultura local, organizado de maneira a impulsionar as ações que já existem nas comunidades. O ponto de leitura, por sua vez, deve seguir o mesmo princípio, ou seja, ser um polo de articulação local, mas, ao nosso ver, diferentemente do Ponto de Cultura este deveria ser articulado às bibliotecas públicas municipais. Dessa forma estaríamos fortalecendo espaços públicos já constituídos, aproximando esferas que têm os mesmos ideais que, de maneira sistêmica, terão melhores condições de enriquecer seu serviços, assim como sedimentar e multiplicar suas ações. (MACHADO, 2010, p.105)

Portanto, o programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva buscaria promover os pontos de cultura e suas relações com as políticas públicas de cultura vigentes. Porém, sua estrutura burocrática se apresenta como um impedimento para a participação de projetos ousados, do cotidiano ou experimentais. O Programa esbarra na lógica criada pela política de editais, que, mais que uma burocracia, apaga a necessidade da elaboração de políticas mais universais e de longo prazo.

3.2.4 Programa Mais Cultura

Como se pode notar, o Ministério da Cultura (MinC) foi se estruturando desde 2002, para ser, além de um órgão de planejamento, coordenação e avaliação de políticas públicas culturais, também um executor de programas. Para além do MinC, foram criadas emendas para vincular os

governos descentralizados ao Plano Nacional de Cultura (PNC) e também para garantir recurso orçamentários para o setor, e criar estruturas participativas de abrangência nacional, como a Conferência Nacional de Cultura e o Conselho Nacional de Política Cultural.

Segundo os documentos oficiais, o Programa Mais Cultura foi criado para o desenvolvimento do Brasil. Neste documento, se redefina o papel do Estado e da cultura no desenvolvimento, tornando o “acesso” a palavra chave do MinC. Para tal, as diretrizes apresentadas no Programa são as seguintes: elevar o orçamento da cultura para 1%; ampliar o programa Cultura Viva; implementar o Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro; institucionalizar a parceria estratégica do MinC com o MEC; e seguir na reforma administrativa do MinC.

O conjunto das diretrizes dialoga com a ideia de sistema: aumentar e integrar recursos financeiros, promover articulações entre as instituições, qualificar a gestão e aumentar a presença do MinC e de equipamentos culturais, conjunto esse que estabelece o Programa Mais Cultura.

O Programa foi lançado em 2007, por decreto n 6.226, de 4 de outubro de 2007. Sua metodologia foi desenvolvida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas (IPEA). Apresenta a cultura como necessidade básica, direito de todos os brasileiros, tanto quanto a alimentação, a saúde, a moradia, a educação e o voto.

Estrutura-se em três dimensões articuladas entre em si: Cultura e Cidadania que se relacionam à democratização e ao acesso a bens culturais e a recursos públicos, pelos pontos de cultura, os pontos de cultura, a capacitação cultural, os microprojetos culturais, o vale cultura, a Lei Rouanet, a programação para TV e rádios públicas e os livros a preços populares; Cultura e Cidade, que incentiva a construção da infraestrutura e dos espaços necessários a manifestações culturais, bem como a qualificação cultural dos espaços da cidade; e Cultura e Economia, dimensionando a cultura como um importante setor de atividade econômica, tendo sua intenção clara de atuação em comunidades vulneráveis.

A efetiva implantação do Mais Cultura revelou, em seu desenrolar, as dificuldades de, nos municípios, implementar o conjunto de regras e as comissões que o sistema necessitava. Também mostrou que a administração ainda não havia desenvolvido mecanismos razoáveis para usufruir

do sistema. É de se pensar se a política de editais não é contraditória com o sistema, visto que se baseia numa ideia de igualdade entre seus concorrentes e procura atingir aqueles que não foram beneficiados.

3.2.5 Vale-Cultura

No que tange às políticas culturais, o governo Dilma Rouseff teve como seu grande programa o Vale-Cultura, herdado da gestão anterior e aprovado na sua gestão. O Vale-Cultura, inserido no Programa de Cultura do Trabalhador, buscava resgatar a essência da cultura como expressão de identidade do País e como fonte de crescimento intelectual do ser humano, facilitando seu consumo especificamente para trabalhadores que ganham até 5 salários mínimos e que tenham a relação de emprego inserida nas empresas que aderirem a esse programa. Além disso, propõe estimular a geração de trabalho e renda por meio do desenvolvimento da economia da cultura.

O Vale-Cultura proporciona aos trabalhadores o valor mensal de R\$ 50,00 para serem usufruídos em qualquer serviço cultural oferecido. Os principais sujeitos são a empresa operadora, a empresa beneficiária, a empresa recebedora e o usuário. Segundo Dias (2012):

Sendo quatro os sujeitos envolvidos para concretização do acesso a cultura por meio do Vale-Cultura: a empresa operadora, a empresa beneficiária, a empresa recebedora e o usuário. A empresa operadora produzirá e comercializará o Vale-Cultura, sendo, para tanto, pessoa jurídica cadastrada ao Ministério da Cultura, possuidora do Certificado de Inscrição no Programa de Cultura do Trabalhador. A empresa beneficiária, que opte pelo Programa de Cultura do Trabalhador, ficará responsável pela distribuição do Vale-Cultura aos seus trabalhadores com vínculo empregatício, que poderá deduzir o valor atribuído para tanto do imposto sobre a renda com base no lucro real. A empresa recebedora acordará com a empresa operadora de receber o Vale-Cultura como forma de pagamento de serviço ou produto cultural. O usuário será o trabalhador que possua vínculo empregatício com a empresa beneficiária. O valor mensal do Vale-Cultura será de R\$ 50,00 e para aqueles que ganham até cinco salários mínimos, poderá haver desconto de até 10% do valor do vale no salário; já para aqueles que recebem acima deste valor, o percentual varia entre 20% e 90% do valor do vale; não havendo a possibilidade de sua conversão em pecúnia. (DIAS, 2012, p.8)

Nos termos dos documentos oficiais, o programa do Vale-Cultura é uma política pública que pretende viabilizar o acesso à cultura de maneira igualitária, promovendo a ampliação do dever do Estado de efetivar direitos previstos na Constituição. Essa política pública tem como objetivo o fornecimento de acesso a produtos, serviços e visitação de estabelecimento e possível viabilizador de empregos na área e de desenvolvimento econômico da cultura. Dessa maneira,

tem o intuito de ser meio de concretização do Estado quanto à garantia de exercício pleno dos direitos culturais e de seu acesso- Além de incentivar a produção de bens culturais e facilitar o acesso à cultura, ao proporcionar aos trabalhadores o consumo de bens diretamente ligados à cultura, por meio de parceria empresarial e do financiamento por mecanismos previstos no projeto de lei. (BRASIL,2012)

Essa política visa dar acesso ao trabalhador através de um auxílio do Estado. Em contrapartida fortalece a financeirização⁹ da cultura, uma vez que o incentivo pode ser utilizado em qualquer instituição cultural com o objetivo de consumi-la.

3.3 POLÍTICAS CULTURAIS DIRIGIDAS AO LIVRO, À LEITURA E ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff estabeleceram importantes desafios para área cultural. Definiram novos papéis para os agentes públicos, revendo a função do Estado na área, criando um sistema efetivamente nacional de cultura, por meio do fortalecimento dos instrumentos políticos e das instituições federais, e consolidando um sistema de financiamento nacional para cultura. (PAIVA, 2008)

3.3.1 Lei do Livro e o Programa Fome de Livro

Na área do livro e da leitura, foi sancionada em 2003, a Lei do Livro, institui à Política Nacional do Livro. Segundo Paiva (2008):

A lei visa assegurar ao cidadão o direito ao acesso e uso do livro e tem como premissa a função do livro como meio “principal e insubstituível” de registro, conservação e

⁹ “Pode-se conceituar a financeirização como o modo atual de funcionamento do capitalismo global, originado na década de 1980, contemporâneo da mundialização financeira. Esse modo é marcado pela importância da lógica da especulação, ou seja, por decisões de compra (venda) de ativos comandadas pela expectativa de revenda (recompra) com lucros em mercados secundários de ações, imóveis, moedas, créditos, commodities e vários outros ativos. A financeirização é sistêmica e de escopo mundial, vale dizer, impacta as relações econômicas internacionais e as torna crescente transnacionais, atravessadas por fluxos de capital transfronteiriços capazes de influenciar o comportamento de economias nacionais. Isso não quer dizer que todos os países integrados à economia mundial capitalista experimentam o mesmo grau de aprofundamento da financeirização, mas bancos, empresas, grandes investidores e famílias (por meio de investidores institucionais) tendem a ser atraídos pelos ganhos esperados pelas atividades especulativas que influenciam a própria estrutura de setores econômicos e dos mercados de câmbio, commodities e de trabalho. Os Estados passaram a depender mais das receitas tributárias geradas pelos movimentos de expansão financeira, porém experimentam desequilíbrios fiscais severos depois das crises financeiras verificadas regularmente desde a década de 1980.” (BASTOS,2013, p. 1-2)

transmissão da cultura, do conhecimento, da pesquisa científica, enfim, o incremento da possibilidade de transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida (alinea I, art 1) e torna obrigatória a alocação de recursos orçamentários pela União, Estados e Municípios, para a manutenção de bibliotecas e aquisição de livros. É o primeiro grande marco legal das políticas para bibliotecas nesse governo. Os objetivos pretendidos pela lei são: fomentar e apoiar todo ciclo de produção, comercialização e circulação do livro; estimular a produção de autores brasileiros, literários ou não; promover o hábito de leitura; fomentar a produção editorial brasileira, inclusive ampliando a exportação de livros nacionais; capacitar a população para o uso do livro; e instalar e ampliar pontos de acesso ao livro (livrarias, bibliotecas, pontos de venda). (PAIVA, 2008, p.94)

Esta lei visa atualizar os acervos das bibliotecas públicas, assim como das universidades e escolas, sendo e financiada pelo Fundo Nacional de Cultura.

Ainda como esforços do governo federal para construção de uma política pública para o livro, para a leitura e para a biblioteca pública no Brasil, destacou-se o programa Fome de Livro, cujo subtítulo era Programa Nacional de Biblioteca Pública e Leitura. Lançado em 2004, esse projeto visava coordenar esforços do Estado e da sociedade civil no intuito de integrar e complementar as ações públicas. Seu principal objetivo era democratizar as informações e promover maior sinergia entre as ações. O maior compromisso deste programa estava na abertura de bibliotecas públicas de qualidade nos mais de mil municípios brasileiros que não possuem uma.

Essas bibliotecas faziam parte do projeto coordenado pelo Instituto Ethos, que se tornou parceiro do programa. Intitulado “Quero Ler – biblioteca para todos” e nascido em 2003, o projeto mantinha um banco de empresas que “apadrinhava” cada biblioteca e seguiriam cuidando da manutenção das mesmas durante três anos. O mais interessante é que as bibliotecas poderiam funcionar em espaços comunitários como igrejas ou associações. Em parceria com esse “apadrinhamento” dos bancos, o Estado deveria levantar as necessidades e sensibilizar os governos estaduais e municipais a participar do projeto.

O mercado livreiro conta com o apoio garantido pelo governo por meio da Lei do Livro, que desonera o livro do PIS/Cofns, transformando o Brasil em um país sem taxas para a produção de livros e na Lei 11.116¹⁰ que permite as editoras, livrarias e distribuidoras de livros, beneficiada

¹⁰ “Dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda desse produto.” (BRASIL, 2005,p.1)

pela lei anterior, a utilizarem seus créditos de Pis/Cofns em outros tributos ou até receber em dinheiro. As maiores beneficiadas desta situação, as editoras, livrarias e distribuidoras, visto a imensa quantidade de livros que foram comprados para execução destes projetos. Além destes benefícios criados pelo governo ao mercado livreiro, o BNDES criou a linha de crédito BNDES-ProLivro, com criação de linhas de créditos especiais para o setor. Dessa forma, o governo Lula e Rousseff trabalhou em favor do mercado, popularizando o livro pelo seu preço, subsidiando sem discutir uma política pública editorial real. (MIDDLEJ, 2011)

3.3.2 Plano Nacional do Livro e da Leitura

O Plano Nacional do Livro e da Leitura, criado em 2006 em uma parceria do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, reúne projetos, programas e ações de ministérios, instituições públicas dedicadas à educação e cultura, empresas estatais e entidades privadas. Possui quatro eixos estratégicos: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização institucional da leitura; e incremento de seu valor simbólico e desenvolvimento da economia do livro. Apresenta ainda 18 princípios norteadores que garantem a valorização da diversidade cultural defendidos pela UNESCO, além de 15 objetivos e metas que articulam as dimensões simbólicas, cidadãs e econômicas no âmbito do livro e da leitura. (BRASIL, 2006)

Articulam-se às seguintes atividades do Ministério da Educação: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE); Projeto Fome de Livro e Livro Aberto (MEC; FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL); Programa Nacional do Livro do Ensino Médio (PNLEM); e Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor. Atua em conjunto também com a Organização dos Estados Ibero-Americanos de Leitura e a Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos- CELAC. Dentro das iniciativas do MinC para o PNLL identificamos, o Fórum da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura: o Viva Leitura; os Pontos de Leitura; e os Agentes de Leitura. (MORAES, 2010)

O PNLL, de caráter trienal, apresenta-se com objetivo de desenvolver o Brasil como uma sociedade de leitores. O plano defende a compreensão da biblioteca como um equipamento cultural, além de seu intuito de equacionar o déficit de bibliotecas no País, estimular o mercado

editorial e ampliar o número de leitores. Nas palavras do ex-ministro da Cultura Juca Ferreira (2010):

O ministério da cultura entende a agenda do Livro, da Leitura e da Literatura como algo estratégico para o desenvolvimento do país e compreende que programas e projetos de incentivo à leitura desenvolvidos pela sociedade civil também compõem sua política pública. Nesse sentido, por meio de editais, são reconhecidos e premiados projetos de pessoas físicas. Uma política intrinsecamente alinhada ao PNLL. Quatro anos depois de consolidado, o PNLL foi reavaliado pela sociedade civil e governo. Temos, portanto, um plano vigoroso, na medida em que se reflete sobre ele e se fazem proposições para sua melhoria. Trabalhamos, agora para que PNLL seja institucionalizado por lei e garanta as conquistas da sociedade.(...) Paralelamente, neste rumo à institucionalização de uma política para o livro e a leitura, incluímos na reforma da Lei Rouanet um fundo setorial, dentre os oito anos criados no Fundo Nacional de Cultura (FNC). (FERREIRA, 2010, p.11)

O compromisso de inserir a leitura como um assunto de política pública surgiu com o esforço de chefes de Estado da América Latina. Segundo MORAES (2010):

A elaboração de Planos Nacionais de Leitura (PNL) em países da América Latina, por exemplo, ganhou evidência, enquanto ferramenta importante de política cultural, a partir de 2004, quando a Organização dos Estados Ibero- Americanos (OEI) e o CERLALC, através do Plano Ibero-Americano de Leitura, puseram em prática uma agenda de políticas públicas de leitura e identificaram países da Ibero-América onde foram elaborados PNL's. (MORAES, 2010,p.187)

Ao ser instituído, o PNLL tinha como objetivo zerar o número de municípios sem biblioteca. Esse órgão, segundo Machado (2010), divide com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas a regulação das Bibliotecas públicas. O PNLL visou consolidar o modo de fazer a política nacional do livro e da leitura, compartilhada entre Estado e sociedade. Em sua última análise, o Plano avançou em investimentos na área e promoveu amplo debate sobre o tema, reconhecendo que a situação do livro e da leitura no Brasil não é apenas um problema de Estado, mas de toda sociedade. (MORAES, 2010)

3.3.3 Programa Livro Aberto

Para garantir o acesso dos brasileiros ao livro e à leitura, foi criado, em 2004, o Programa Livro Aberto, que objetiva implantar bibliotecas públicas em todas as cidades do Brasil. Esta é uma das ações do Ministério da Cultura na área do livro e da leitura que se destaca pela implantação e modernização de bibliotecas, implantação de Pontos de Leitura, bolsas para

escritores e prêmios literários, realizados pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e pela Coordenadoria Geral de Livro e Leitura (CGLL).

O Programa Livro Aberto (PLA) é uma parceria entre os ministérios da Cultura e da Educação, sob coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), da Fundação Biblioteca Nacional. O Programa prevê a aplicação de recursos federais para a instalação e ampliação do acervo público de livros, estabelecendo parceria com as prefeituras, responsáveis por ceder o espaço e manter a biblioteca.

No ano de implantação, o PLA instalou 400 bibliotecas em 2005, com kit de livros e mobiliários, equipamentos de informática, elevando o número de municípios brasileiros dotados de bibliotecas. O programa prestou assessoria técnica, capacitou profissionais e concedeu prêmios e bolsas. (BRASIL, 2007)

3.3.4 Projeto Mais Bibliotecas Públicas

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) iniciou, em 2013, o projeto Mais Bibliotecas Públicas, resultado do convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional e o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC). O projeto prevê um processo de mobilização local a favor da ampliação do número de bibliotecas públicas no Brasil, pretendendo que todo município brasileiro tenha ao menos uma biblioteca pública em funcionamento, conforme o estabelecido na meta 32 do Plano Nacional de Cultura.

Para atingir esses objetivos, foi implantado um processo de levantamento, análise e validação dos dados sobre os municípios com bibliotecas públicas no Brasil, identificando, assim, aqueles que continuam sem bibliotecas. A partir desses dados serão realizados encontros regionais com o objetivo de mobilizar e sensibilizar os gestores públicos e a sociedade civil com vistas a ampliar o número de bibliotecas públicas no território brasileiro. (SNBP, 2012)

O presente capítulo busca analisar as políticas culturais do governo Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) no que se refere ao livro, à leitura e às bibliotecas públicas, almejando discutir as novas formas de democratização e desigualdade produzidas no período referido. Podemos afirmar que a implementação dos programas e dos projetos apresentados indica a ampliação do acesso ao livro e à biblioteca. Porém, através do financiamento de políticas culturais para o livro, para a leitura e para a biblioteca, o governo Lula/Dilma Rousseff,

embora tenha buscado programar uma nova política pública - com maior participação da sociedade civil, deu continuidade à utilização de políticas de incentivo e incrementou uma política de editais. Sob o pretexto de expandir as políticas públicas para além dos interesses das grandes empresas, elaborou-se um modelo de fomento direto a pequenos e a médios projetos. Contudo aprofundou a lógica de incentivo, podendo, portanto aprofundar a desigualdade cultural.

Lançando vários editais públicos, o Ministério da Cultura (MinC) transferiu recursos públicos para o financiamento de centenas de projetos culturais. Terceirizou as avaliações de mérito dos projetos, contratando avaliadores e, também aí, a política de editais seguia o modelo das Leis de Incentivo. O papel do Estado foi praticamente confinado à seleção de projetos segundo critérios formais de proposição e à fiscalização da execução dos planos de trabalho. Ou seja, o mesmo modelo de (financiamento da) cultura.

Em sua essência, o incentivo fiscal, que consiste na aplicação do dinheiro público no estímulo ao investimento privado, transfere a responsabilidade do Estado no financiamento da cultura para o setor privado. Ao transferir a responsabilidade dos investimentos em cultura para o setor privado, o Estado entra em contradição com a realidade. (CALDAS, 2010)

Essas políticas públicas se encaminham para um aumento do consumo cultural, em consonância com o projeto de governo estabelecido pelo governo Lula. O lulismo se desenvolve dentro destas contradições: por um lado atendendo a agenda neoliberal do capital (financeiro) e por outras as necessidades de consumo cultural dos subploretariados. O que nos leva a concluir que mesmo com a aparente redução da pobreza, a desigualdade social, discutida e combatida pela classe trabalhadora organizada, não foi atendida, inclusive na sua expressão enquanto desigualdade cultural e educacional, na qual e insere a questão da leitura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biblioteca, como instituição e parte da totalidade social, reflete contradições engendradas pela sociedade dominante e traz para o seu cotidiano os valores sociais, políticos, ideológicos e culturais. Estes valores, por sua vez, determinam a formação dos trabalhadores.

O desenvolvimento da indústria cultural leva os indivíduos à dependência e à servidão ao sistema dominante, inculcando-lhes ideias de que o mundo caminha em plena ordem, da qual ele se sente parte e com a qual ele se realiza ao consumir os produtos dessa indústria. Essa condição age como um impeditivo para a formação de indivíduos capazes de julgar o sistema de forma mais autônoma.

Assim, destacaram-se, nesse trabalho, as iniciativas governamentais para o setor cultural. As mesmas vêm se transformando, acompanhando as mudanças sociais do país e a institucionalização cultural no interior do Estado. Contudo, a consolidação da cultura dentro e através do Estado se dá de acordo com a determinação de cada momento histórico. Nesta dissertação, buscou-se historicizar, analisar e identificar as políticas culturais elaborados pelo Estado brasileiro, dos governos Getúlio Vargas a Dilma Rousseff.

Se observarmos o histórico brasileiro, identificaremos períodos em que o Estado tratou com descaso o setor cultural e outros em que buscou uma maior presença, por vezes acompanhada de valorizações distorcidas, elitismo, repressão, censura e autoritarismo, conforme a lógica da modernização conservadora característica da formação social brasileira.

Apontamos, na dissertação, que os anos 30 trouxeram alterações políticas, econômicas e culturais de grande importância. O novo regime representou um pacto de compromisso entre novos e velhos atores: as políticas do patrimônio histórico, cultural, do livro e, da leitura foram marcadas por atividades regulatórias. De 1945 a 1964, o Estado caracterizou-se por intenso investimento cultural e foi marcada por atividade cultural independente. O regime militar, de 1964 a 1984, promoveu, na cultura, um duplo processo: a consolidação da indústria cultural e o redesenho das políticas culturais federais. Este regime fez a transição para a cultura midiática, diretamente ligada aos padrões do mercado. Nesta perspectiva, o investimento em infra-estrutura, atendeu aos interesses da indústria cultural e o Estado assumiu o papel de protagonista, traço

marcante na modernização conservadora. Tal intervenção se evidenciou na criação de redes nacionais de televisão, enquanto órgãos estatais possibilitaram o controle pelo Estado.

Do fim da ditadura, emerge a necessidade de criação do Ministério da Cultura, criado, portanto, em tempos de redemocratização. Sobre o período de 1990 a 2002, pode-se afirmar que o ciclo iniciado na década de 80, mantendo-se durante a década de 90, corresponde a uma conjuntura internacional e nacional que implantou as ideias neoliberais baseadas na proposta do Estado mínimo. O Estado aparece como mediador das relações entre os produtores culturais e as empresas e funciona como órgão regulador das políticas culturais conduzidas pela lógica do financiamento.

De 2003 a 2014, os governos Lula/Dilma Rousseff funcionaram sob o signo do lulismo. O lulismo busca um impossível equilíbrio entre o capital e o trabalho, na manutenção da ordem estabelecida. Esta tentativa de equilíbrio visa evitar ao máximo a radicalização política e, ao mesmo tempo, mantém a inflação baixa, buscando ampliar o poder de consumo do subproletariado.

Na sua atuação na cultura, os governos Lula/Dilma Rousseff têm demonstrado aspectos e contribuições importantes, como a adoção de um conceito antropológico de cultura que permitiu um maior debate político social sobre o tema e a mobilização de novos segmentos sociais. Contudo, embora o governo Lula/Dilma Rousseff tenha reestruturado o MinC, o avanço na área de incentivos fiscais ainda abrange setores amplamente comerciais cujo apoio estatal não se justifica. O Estado brasileiro segue em sua função, iniciada no governo FHC, de repassador de recursos no campo cultural e inova como aprovador de projetos das políticas de edital. O edital torna-se um instrumento burocrático de financiamento e dificulta o acesso por sua linguagem técnica. Dentro deste governo, a cultura passa a ser vista, de fato, como um dos agentes da economia.

As políticas públicas culturais, como o Vale Cultura, retratam a viabilização do acesso à cultura, mediante sua financeirização. Ao fornecer tal acesso, considerando-o como a ferramenta para a construção da igualdade, estimula-se o consumo cultural, em consonância com o projeto de governo. No lulismo, os interesses dos grandes investidores são atendidos assim como existe a transferência de renda para os mais pobres.

A relação entre Estado e biblioteca pública se pautou pela mesma lógica de modernização conservadora, baseada em conceitos de cultura erudita e de elite e sua continuidade proporciona uma certa estagnação do trabalho da biblioteca. A insistência no uso do livro como fonte básica de informação excluiu do seu público usuário a parcela analfabeta da população. Dentro de um mecanismo perverso, a instituição, que se propõe a ampliar os horizontes por meio dos textos, exclui parte da população do efeito emancipador desse seu trabalho informativo.

A biblioteca pública foi, neste contexto, pensada a partir do Estado, uma vez que ele é o propulsor da vida econômica, social e cultural do país. Desde a criação do INL em 1937, as políticas dirigidas ao livro, à leitura e às bibliotecas foram concebidas, de forma predominante, em relação à expansão da indústria editorial, sob a lógica do capital.

Por conclusão, podemos afirmar que é inegável a incorporação de novos segmentos da classe trabalhadora no circuito da produção e do acesso cultural durante os governos Lula da Silva e Roussef. Contudo, a dissertação demonstrou que tal incorporação tende a reproduzir a lógica da formação humana e da desigualdade nos marcos do capitalismo, uma vez que as políticas culturais analisadas reafirmam a cultura como mercadoria e consumo e sustentam a financeirização como modelo de políticas públicas. Esta tendência reproduz e, em alguma medida, aprofunda a desigualdade cultural que atravessa a história brasileira, embora tal desigualdade e sua relação com a formação humana sofra transformações ao longo dos períodos analisados.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor e HORKEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. de Guido A. Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

ARAÚJO, Ellery; SILVA, Frederico A. Barbosa da Silva. **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília: Ipea, 2010.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Coord.) **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

BARBIER, Frédéric. **História do Livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci**. São Paulo: Alameda, 2008.

BOTELHO, Isaura. Política cultural e o plano das ideias. In: **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010 p. 109-132

BOTTOMORE, Tom. (org). **Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1981

BRASIL. **Constituição** (1988). 40 ed. Atualizada até emenda53, de 19-12-2006, acompanhada de notas remissivas e textos integrais das Emendas Constitucionais. São Paulo: Saraiva, 2007. 448 p.

BRASIL. Decreto n. 519 de 13 de maio de 1992. Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 mai. 1992. 130

BRASIL. Decreto n. 520 de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 mai. 1992.

BRASIL. Decreto-lei n.93, de 21 de dezembro de 1937- **Cria o Instituto Nacional do Livro**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicações.action?id=103227>>. Acesso em: 11 de maio 2014.

BRASIL. Fundação Nacional do Desenvolvimento da Educação. **Livro Didático**. 2004. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/livro_didatico/livro_didatico.html#historico>. Acesso em: 11 maio 2014.

BRASIL. Lei 10.753, de 31 de outubro de 2003. **Institui a Política Nacional do Livro**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 25 abr. 2004.

BRASIL. Lei n 12.343 de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 3 dez. 2010

BRASIL. Lei n 12.761 de 27 de dezembro de 2012. Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 28 de dez. 2012

BRASIL. Lei n. 11.116 de 18 de maio de 2005. **Dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda desse produto; altera as Leis nos 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11116.htm> Acesso em: 11 de maio 2014.

BRASIL. Lei n. 7.505 (ou Lei Sarney), de 2 de julho de 1986- **Dispões de benefícios fiscais na área do imposto Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7505.htm>. Acesso em: 11 de maio de 2014.

BRASIL. Lei n. 8.313 de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 1991.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Programa Sociedade da Informação.** Disponível em: <www.mct.gov.br/Temas/Socinfo/default.asp>. Acesso em: out. 2013

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC); Ministério da Cultura (MinC); Ministério da Educação (MEC). **Plano Nacional do Livro e Leitura.** Brasília, 2007. v.48

BRASIL. Ministério da Cultura. **Instalação da câmara setorial do livro e da leitura.** São Paulo, 2005. 74 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise.** Brasília: Ministério da Cultura, 2007

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Coordenação Geral de Estudos e Avaliação de Materiais.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avaliv.shtm>>. Acesso em: 27 out. 2013.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Finaceirização, crise, educação: considerações preliminares.** Campinas: 2013.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIN, Antônio Albino Canelas. (Org) **Políticas Culturais no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007 p. 87-107

CALDAS, Rebeca dos Santos; PEDRA, Layano Sampaio; SALGADO, Gabriel Melo. As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma. In: **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010 p. 87-110

CASTRO, César Augusto. Ensino e biblioteca: diálogo possível. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 63-72, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=2>> Acesso em: 14 de outubro de 2010.

CERLALC. **Agenda de políticas públicas de leitura**: plano iberoamericano de lectura. Colômbia: ILÍMITA, 2004.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CHARTIER, Anne-Marie e HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura -1880-1980**. [Trad.: OBiato e S. Bath ; Ver.: M. T. F. Rocco], São Paulo: Ática; Miriam Godfeder Ed., 1995.

CHARTIER, Anne-Marie. Leitura Escolar: entre a pedagogia e a sociologia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, N. 0, p. 17-52, 2009.

CHARTIER, Roger. **As aventuras do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **Cultura Popular**: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.8, n.16. 1995. P. 179-192

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2005.

CROPANI, Ottaviano de Fiori. **Livro, biblioteca e leitura no Brasil**. Brasília: [s.n.], 1998. Disponível em: <<http://www9.cultura.gov.br/textos/of01.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

DARTON, Robert. **A questão dos livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

DIAS, Livia Morel; SOUZA, Raquel Procópio de; MEIRELES JÚNIOR, Cláudio Alcântara. **A cultura como direito fundamental e a implementação do vale-cultura para o trabalhador**. In. ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS, 1., 2012, Fortaleza. Anais eletrônicos... Fortaleza: Universidade de Fortaleza; Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará. 2012. Disponível em: <<http://www.direitosculturais.com.br/ojs/index.php/articles/article/view/25>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

DOMINGUES, José Mauricio. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002, pp. 459 a 482.

DORIA, Carlos Alberto. **É chato dizer, mas a Lei Rouanet fracassou.** *Revista Trópico*, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/1411,1.shl>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

DUARTE, Rodrigo. **Indústria Cultural**: uma introdução. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional.** Disponível em: <<http://www.dfe.uem.br/texto.Olinda.PDF>>. Acesso em: 13 maio. 2014.

EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ELY, Neiva Helena. Dimensões da biblioteca escolar no ensino fundamental. *Revista da ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 8, p. 46-53, 2003.

FRAGOSO, Maria Graça. Biblioteca na Escola. *Rev: Acb: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v.7, n.1,2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Civilização Brasileira: 1985.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal ; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da Leitura.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Cultura. In: _____. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. n.5, ago. 2002, p.117-118.

LOURENÇO, Mariana Simões; LACERDA, Nilma. Livro, leitura e infância: intervenções oportunas. In: **Formação de leitores e construção da cidadania**: memória e presença do PROLER. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

LUZURIAGA, L. **Bibliotecas Escolares.** Madrid: Revista de Pedagogia, 1927.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. *Revista Ciência da Informação e Documentação*. Ribeirão Preto, v.1, n.1, p.94-111, 2010.

MACHADO, HELIO G. Novo impulso às bibliotecas públicas. *Revista do Livro*, v.1, n.1-2, p. 309-312, 1956.

MANIFESTO IFLA/UNESO PARA BIBLIOTECA ESCOLAR. Traduzido por Neuza Dias de Macedo. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s11/ups/portuguese-brazil-pdf> > Acesso em: 14 de outubro de 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Trad. de Edgar Malagodi. In: O capital; a produção do capital. Livro I, v. 1, Primeiro capítulo, São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Col. Os Pensadores)

MATOS, Olgaria. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombra do Iluminismo**. São Paulo: Moderna, 2005.

MENEGALE, J. G. **O que é que deve ser a biblioteca pública**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1932.

MIDDLEJ, Suylan; SILVA, Frederico A. Barbosa. **Políticas públicas culturais: a voz dos gestores**. Brasília: Ipea, 2011.

MILANESI, Luiz. **O que é Biblioteca**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. 1986

MORAES, João Vanderlei de Jr. Políticas Culturais do Livro e Leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios. In: RUBIN, Antônio Albino Canelas. (org) **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010 p. 179-200

MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.7-54, mar, 1984
NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. **Biblioteca pública: a contradição de seu papel**. 1985. 108 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca fora do tempo: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989**. 1994. Tese (doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006** [manuscrito] /. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**. São Paulo: PT, 2003

PEREIRA, João Márcio Mendes Pereira. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro 1944-2008**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2010.

PIVA, Glauber. **Cultura: políticas públicas e novas visibilidades**. In: SADER, Emir (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013. p. 285-302

REIS, Paula Félix dos. **Políticas Culturais do Governo Lula**: análise do sistema e do plano nacional de cultura. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Bahia.

RICCI, Rudá. **Lulismo** – Da Era dos Movimentos Sociais À Ascensão da nova classe média brasileira. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

RUBIM, Antônio Albino Canelas Rubim. Políticas Culturais no Governo Lula. In: **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010 p. 9-24

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007 p. 11-36

RUBIN, Antônio Albino Canelas. (org) **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010 p. 11-36

SALGADO, Júlia e et al. Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação social. In: RUBIN, Antonio Albino Canelas. (org) **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010 p. 25-47

SARKOVAS, Yacoff. **O incentivo fiscal à cultura no Brasil**. 2005. Disponível em: < http://www.centrocultural.sp.gov.br/revista_dart/pdfs/dart12%20o%20incentivo%20fiscal%20E0%20cultura%20no%20brasil.pdf >

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. *R. Esc. Bibliotecon*. UFMG, Belo Horizonte, 4(2): 141-161, set. 1975

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

TEIXEIRA, Sonia Fleury (org.) **Reforma Sanitária**. São Paulo: Cortez 1989.

UNESCO. **Manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas**. Novembro, 1994.

APÊNDICE

Quadro 2 - Políticas Públicas para o Livro, Leitura e Bibliotecas

Ano	Governo	Resumo da Ação
1811	D.João VI	Marco histórico importante na história das bibliotecas.
1889-1930	República Velha	Bibliotecas figuram como status. A Cultura como um adereço.
1930-1937	República Café com Leite	Discussões para a criação do Plano Nacional de Educação. Com a participação de diversos setores da sociedade: políticos, professores, estudantes, sacerdotes, jornalistas, escritores e outros. 1922- Semana de Arte Moderna; surgimento do rádio 1933- Voto feminino 1935- Criação da Secretária de Cultura de São Paulo
1930-1945	Era Vargas	1937 Implementação do Plano Nacional de Educação conforme os desígnios do Ministério da Educação e Saúde. O plano definia que a educação extra-curricular estaria a cargo da família, poder público e grupos idôneos. Os meios educativos para essas atividades destacava-se a edição de materiais de interesse educativo, edição de textos e criação de bibliotecas públicas permanentes e circulantes 1937-Decreto-Lei n 93, de 21

		<p>de dezembro de 1937- cria o Instituto Nacional de Livro – INL-com objetivo de criar a Enciclopédia Brasileira; edição de obras de interesse para cultura nacional; mercado editorial e a criação de bibliotecas públicas.</p>
1946- 1963	Período Democrático	<p>1961-20 de dezembro de 1961 -Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</p> <p>1961- Criação do Sistema Nacional de Bibliotecas (ligado ao Ministério da Educação e da Cultura) tinha por base a criação de um planejamento bibliotecário para as Bibliotecas criadas pelo INL. Esta criação se deu em conjunto com a criação do Plano Global da Educação e da sua articulação com o planejamento econômico e social do país. Porém tinha as mesmas funções que o INL possuía com relação a administração de bibliotecas. O que gerava entre o INL e o SNB uma disputa de poder enfraquecendo a atividade das Bibliotecas.</p> <p>1962- Lei n 4.084 de 30 de junho de 1962- Regula o exercício da profissão de bibliotecário.</p>
1964-1985	Regime Militar	<p>1968-Ato Institucional número 5 o Executivo ampliava seus poderes sobre o Legislativo, outorgando-se o direito de fechar o Congresso Nacional, as assembleias</p>

		<p>legislativas e as câmaras de vereadores, de cassar mandatos parlamentares e direitos políticos e de legislar sobre qualquer matéria. (COSTA e MELLO, 1999)</p> <p>1972- Ano Internacional do Livro</p> <p>1975-Programa Nacional de Bibliotecas redirecionada para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas</p>
1985-1989	José Sarney (Redemocratização)	<p>1985- Criação do Ministério da Cultura</p> <p>1985- Criação do Conabi-Conselho Nacional de Bibliotecas ligado o INL</p> <p>1985 -Vinculação da Fundação Pró-memória ao Ministério da Cultura</p> <p>1986-1989- Plano Nacional de Desenvolvimento- com características voltadas para a política social se apresenta como um plano de reformas, prevendo a retomada do crescimento e o combate à pobreza. Para a área de cultura tinha como objetivo a preservação de bens culturais, o estímulo a criação, produção e difusão cultural, formação de recursos humanos e a integração cultura-educação. A diretriz também deixava clara a necessidade de equilíbrio entre as atividades bibliotecárias patrimoniais,</p>

		<p>voltadas para a memória cultural, e as executivas, direcionadas para a promoção do uso daquela memória preservada.</p> <p>1985- Decreto n 91.542 Programa Nacional do Livro Didático.</p> <p>1986-Lei 7. 505 Lei Sarney- 2 de julho de 1986- tinha como objetivo de incentivar o desenvolvimento cultural do Brasil, através de doações de patrocínios a instituições e eventos culturais e artísticos. Para as bibliotecas essa lei contribuiu na possibilidade de modificação do acervo. Ao invés de receber apenas as doações do INL que continham obras literárias de grande valor para a cultura nacional, mas que não eram de interesse da população geral para compor seu acervo. Agora era possível comprar material que fosse de interesse da população geral.</p>
1990-1994	Governo Collor / Itamar Franco	<p>1990- Lei 8.028 Fim do Ministério da Cultura substituído por uma secretaria de cultura. Fim da Fundação Pró- Leitura onde estava o INL. Fim do INL.</p> <p>1990-Biblioteca Nacional transformada em Fundação – abrigando todos os projetos relacionados à Biblioteca.</p>

		<p>1991- Lei n 8.313 Rouanet 1991 – marcou a história com o fomento e custeio à cultura no Brasil. Está vigente até hoje. Mesmo com diversas alterações mantém seu princípio inalterado: patrocínio de projetos culturais por parte das empresas privadas, por meio do estímulo financeiro da renúncia fiscal.</p> <p>1991-Lei 8.029 extingue o Instituto Nacional do Livro e cria a Fundação Biblioteca Nacional</p> <p>1991-Decreto 99.240 – Extingue a Fundação Nacional Pró-Leitura</p> <p>1992- Decreto n 519 PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura 1992 – é um projeto de valorização social da leitura e da escrita vinculado à Fundação Biblioteca Nacional e ao MINC – Ministério da Cultura. Presente em todo o país desde 1992, o PROLER, através de seus Comitês, organizados em cidades brasileiras, vem se firmando como presença política atuante, comprometida com a democratização do acesso à leitura. Neste caso a Biblioteca Pública foi mais uma vez confundida com Biblioteca Escolar não permitindo que nenhuma das duas bibliotecas avançasse em</p>
--	--	--

		<p>seus verdadeiros papéis.</p> <p>1992-Decreto 520 Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)- fica instituído o mesmo nome que recebeu em 1976 na gestão de Heberto Sales.</p> <p>1992- Lei 8.490 Recriação do Ministério da Cultura.</p> <p>1994- Manifesto da Unesco para Bibliotecas Públicas</p>
1995- 2002	Fernando Henrique Cardoso	<p>1996- 1999 Projetos “Uma Biblioteca em cada Município” para criação de bibliotecas.“Programa Livro Aberto” ações voltadas para revitalizações de bibliotecas já existentes. Públicas e Escolares. Por meio do fomento a projetos culturais na área do livro e da leitura. (As datas são confusas difíceis de precisar a realização exata desses projetos. E os dois aparecem nos dois mandatos do então presidente FHC)</p> <p>1997- Portaria Ministerial n 584 de 28 de abril- O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as</p>

		<p>escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar.</p> <p>1999- Decreto 3.049 – Sociedade da Informação</p> <p>1999- Criações da Secretária do Livro-</p> <p>2000- Livros Verde da Sociedade da Informação e da Leitura (SLL)</p> <p>2000- Manifesto da Unesco para Bibliotecas Escolares</p> <p>2001- Regimento do Conselho Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)</p> <p>2002- Cadastro Nacional de Bibliotecas (CNB) medida existente desde INL. Desenvolvido agora pela Secretária do Livro e da Leitura.</p>
2003-2010	Luís Inácio Lula da Silva	<p>2003 Programa Mais Cultura</p> <p>2003- Extinção da Secretaria Nacional do Livro e da Leitura (SNLL)</p> <p>2003- Novo estatuto da Fundação Biblioteca Nacional- FBN (PROLER E SNBP ainda dentro de sua estrutura)</p> <p>2003- Lei 10.753 Política Nacional do Livro – A Lei visa assegurar ao cidadão o direito ao acesso e uso do livro e tem como premissa a função do livro como</p>

		<p>“principal e insubstituível” de registro, conservação e transmissão da cultura.</p> <p>2004- Criações da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura (CSLL)</p> <p>2004- Criação dos Pontos de Cultura</p> <p>2004- Programa Livro Aberto</p> <p>2004- Programa Fome de Livro: Programa Nacional de Biblioteca Pública e Leitura- Seu principal objetivo é democratizar as informações e promover maior sinergia entre as ações de leitura que ocorrem no país.</p> <p>2004 – Programa Livro Aberto</p> <p>2004- Portaria 234 MINC: Institui o Grupo de Trabalho do Livro e da leitura para a formulação do Plano Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas.</p> <p>2004- Lei 11 033 Decreta a desoneração do PIS/Cofins para o livro tornando o no Brasil isento de taxas e impostos.</p> <p>2005- Ano Vivaleitura</p> <p>2005- Lei 11.116 permite que as editoras, livrarias e distribuidoras de livros, beneficiadas pela lei anterior.</p> <p>2005- Emenda Constitucional</p>
--	--	--

		<p>48 institui o Plano Nacional da Cultura</p> <p>2006- Plano Nacional do Livro e da Leitura- plano dimensão política de Estado. Tem a união do Ministério da Educação e da Cultura em seu propósito. Esse plano visa à articulação do Estado, mercado e sociedade civil.</p> <p>2010 Aprovado o Plano Nacional de Cultura</p>
2011-2014	Governo Dilma Rousseff	<p>Plano Nacional do Livro da Leitura deixa de ser atributo da Fundação Biblioteca Nacional e volta para o Ministério da Cultura</p> <p>2012 Aprovação do Sistema Nacional de Cultura</p> <p>2013 Vale Cultura</p> <p>2013 Programa Mais Bibliotecas</p>

Fonte: Elaborado pelo autor